



ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ - AESP|CE
COORDENADORIA DE ENSINO E INSTRUÇÃO – COENI
CÉLULA DE PÓS-GRADUAÇÃO - CEPOS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO – PPC

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E
EQUIDADE RACIAL NA ATUAÇÃO POLICIAL

FORTALEZA – CE
2024

ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ – AESP|CE

Leonardo D’Almeida Couto Barreto
Diretoria-Geral da AESP|CE

Jamille dos Santos Moura
Diretoria de Planejamento e Gestão Interna da AESP|CE

Evandro Queiroz de Assunção
Coordenadoria de Ensino e Instrução da AESP|CE

Ciro de Assis Lacerda
Coordenadoria Acadêmica Pedagógica da AESP|CE

Ana Paula Silva Santos Barroso
Célula de Pós-Graduação da AESP|CE

Paulo Ramon Rodrigues Tavares
Núcleo de Pesquisa e Extensão

Amanda Egídio Miranda de Oliveira
Secretaria Acadêmica da AESP|CE

Joelson Pimentel da Silva
Formatação

Fortaleza / CE
2024

SUMÁRIO

1. HISTÓRICO DA ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ -AESP CE.....	1
2. IDENTIFICAÇÃO GERAL	2
2.1. Instituição:	2
2.2. Nível:	3
2.3. Curso:	3
2.4. Modalidade:.....	3
2.5 Área de conhecimento:	3
2.6 Carga horária total:	3
2.7 Público-alvo:	3
2.8 Modalidade de ensino:	4
2.9 Local de realização das aulas e das demais atividades pedagógicas:	4
2.10 Período e periodicidade do curso:.....	4
2.11 Infraestrutura física e tecnológica:	5
2.12. Certificação	6
2.13 Avaliação do curso e dos docentes.....	6
2.14 Processo seletivo, critérios de seleção e requisitos para o ingresso:	7
2.15 Das vagas:	7
3. DA CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO	8
4. DA JUSTIFICATIVA	8
5. OBJETIVOS.....	10
6. DESCRIÇÃO DO PERFIL E DAS COMPETÊNCIAS DO EGRESSO	11
7. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	13
8. MATRIZ CURRICULAR.....	14
9. SISTEMATIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	16
9.1. Metodologia de Ensino	16
9.2 Sistema de avaliação e frequência	17
9.3 Será considerado APROVADO o discente que:.....	18
9.4 Será considerado REPROVADO o aluno que:	18
9.5 Será DESLIGADO do curso o aluno que:	18
9.6 Da produção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e sua apresentação pública	19
9.7 Aproveitamento de componente curricular	21
9.8 Avaliação do curso e do corpo docente	21
10. EMENTÁRIO	23

PROJETO PEDAGÓGICO

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E EQUIDADE RACIAL NA ATUAÇÃO POLICIAL

1. HISTÓRICO DA ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ -AESP|CE.

Em 2008, o Governo do Estado do Ceará decidiu criar um novo órgão técnico-educacional vinculado à Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará – SSPDS, com a atribuição de centralizar as atividades até então desenvolvidas pelas Unidades de Ensino e Instrução dos demais órgãos vinculados, a saber: na Polícia Civil e na Perícia Forense: Academia de Polícia Civil (APOC); na Polícia Militar: Academia de Polícia Militar (APM) e Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP); no Corpo de Bombeiros: Academia de Bombeiros Militar (ABM).

Como marco inicial, em 29 de fevereiro de 2008, por meio do Decreto nº 29.212, o Governo do Estado declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área urbana e suas respectivas benfeitorias, localizadas nesta capital, na Avenida Presidente Costa e Silva nº 1251, bairro, Mondubim, CEP nº 60.761-505, Fortaleza, Ceará, com área total de 58.921m². Em 11 de março de 2008, foi protocolizada na Justiça Comum do Ceará Ação de Desapropriação, cujo ato teve por finalidade a implantação da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará – AESP|CE.

Em dezembro de 2008, foi assinado o contrato com a empresa vencedora da licitação, visando à reforma da edificação para instalação da AESP|CE, cujas obras tiveram início em 18/12/2008.

Aos 11 de março de 2010, foi publicada a Lei nº 14.629, de 26 de fevereiro 2010, que instituiu a criação da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará. A partir de sua instalação, a AESP/CE passou a atender ao conceito de academia única apregoada pelo Governo Federal, dentro do Sistema Único de Segurança Pública - SUSP e do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI, consolidando, desta forma, o processo de integração das organizações que formam o Sistema de Segurança Pública do Estado do Ceará.

Essa adesão foi um compromisso assumido junto ao Governo Federal de cumprir com as exigências do Plano Nacional de Segurança Pública, com o objetivo de melhorar o desempenho da prestação de serviço em segurança pública à sociedade, tendo como consequência a redução dos níveis de violência.

Finalizadas as obras que culminaram na construção de uma estrutura pioneira, a AESP/CE foi oficialmente inaugurada no dia 18 de maio de 2011.

No que se refere a sua funcionalidade cotidiana, a AESP/CE planeja e executa a formação inicial e continuada dos profissionais que integram a Segurança Pública do Ceará. Com um corpo docente formado pelos profissionais das diversas áreas de conhecimento, realiza atividades educacionais em conformidade com a Matriz Curricular Nacional Para Ações Formativas dos Profissionais de Segurança Pública - SENASP, 2014, nas seguintes modalidades:

- **Cursos de Formação Profissional:** destinados à preparação dos candidatos aos cargos iniciais das diversas carreiras do sistema de segurança pública;
- **Cursos de Aperfeiçoamento Profissional:** decorrentes de exigência legal de cada vinculada para ascensão profissional;
- **Formação Continuada e Cursos de Aperfeiçoamento /Atualização:** realização de cursos, treinamentos, palestras, seminários, fóruns e oficinas para promover o bom desempenho das atividades de polícia judiciária, polícia científica, polícia preventiva e atividade bombeirística do Estado do Ceará, contribuindo para a correção de problemas levantados/detectados no desempenho das respectivas atividades profissionais, cuja solução recaia na capacitação profissional.

Cumpramos ressaltar que a AESP/CE atua de forma subsidiária à SENASP, promovendo todo o apoio logístico, a fim de que os profissionais de Segurança Pública do Estado do Ceará sejam beneficiados com cursos oferecidos pela SENASP, os quais têm como base a interação existente entre os eixos articuladores (conjunto de conteúdos de caráter transversal) e as áreas temáticas (que contemplam conteúdos indispensáveis à formação e capacitação dos profissionais de segurança pública). São essas interações que proporcionam a visualização tanto de conteúdos que contribuam para a unidade de pensamento e ação dos profissionais da área de segurança pública como de conteúdos que atendam as peculiaridades regionais.

2. IDENTIFICAÇÃO GERAL

2.1. Instituição:

Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará – AESP|CE.

2.2. Nível:

Pós-Graduação *lato sensu*.

2.3. Curso:

Especialização em Direitos Humanos e Equidade Racial na Atuação Policial.

2.4. Modalidade:

Presencial

2.5 Área de conhecimento:

Segurança Pública, Defesa Civil, Cidadania e Direitos Fundamentais da Pessoa Humana (Parecer Nº 0483/2019 do Conselho Estadual de Educação do Ceará - CEE/CE, de 21 de outubro de 2019).

2.6 Carga horária total:

460 **horas-aula** (Disciplinas Obrigatórias: 406 horas-aula; Produção e apresentação do TCC: 40 horas; Atividades complementares e extracurriculares: 14 h/a).

2.7 Público-alvo:

Servidores públicos efetivos e em atividade, integrantes dos órgãos vinculados à Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará (SSPDS/CE), portadores de diploma de graduação, tecnólogo ou licenciatura emitido por Instituição de Ensino Superior reconhecida por órgão de educação competente, que tenham sido aprovados no processo seletivo respectivo, promovido pela Aesp|CE, dentro do número de vagas e que atendam às condições e demais requisitos necessários, nos termos do Edital de Chamada Pública regulador de um processo seletivo de candidatos ao curso em epígrafe, confeccionado por uma comissão designada pela Direção-Geral da AESP/CE e nos demais normativos pertinentes e, ainda, que não estejam de licença, afastados ou respondendo a procedimento administrativo disciplinar, policial e/ou a processo criminal. Ademais, instrumentos de colaboração, tais

como: termos de cooperação técnica ou outros instrumentos congêneres, poderão ampliar os critérios do público-alvo especificados acima.

2.8 Modalidade de ensino:

O curso será desenvolvido no formato presencial, desde que não sobrevenha disposição regulamentar contrária, decretada pelo Poder Executivo estadual e/ou pelos órgãos de educação competentes (Resoluções do CEE/CE).

Nos termos do art. 18 da Resolução Nº 470/2018 do CEE/CE, o Plano de Ação Educacional do Curso definirá as disciplinas que poderão compor a modalidade de Ensino à Distância, obedecendo um limite de 20% da carga horária total.

- Natureza do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC):

Artigo Científico (produção e apresentação do TCC conforme as regras dispostas em instrumento de normatização de Trabalhos Acadêmicos da Aesp|CE divulgado pela Célula de Pós-Graduação e/ou regras da ABNT vigentes).

-Célula de Pós-graduação – CEPOS – Aesp|CE

2.9 Local de realização das aulas e das demais atividades pedagógicas:

As ações educacionais presenciais do Curso de Especialização em Direitos Humanos e Equidade Racial na Atuação Policial serão desenvolvidas, em regra, na Aesp|CE, situada à Av. Costa e Silva, 1251, Mondubim, Fortaleza-CE. As ações educacionais de ensino à distância (não presenciais) serão realizadas por meio da plataforma digital Google Meet, cujos *links* de acesso às aulas serão disponibilizado no AVA do sistema moodle da Aesp|CE.

2.10 Período e periodicidade do curso:

O curso está previsto para ter uma duração de 10 (dez) a 15 (quinze) meses, conforme Plano de Ação Educacional. As aulas acontecerão, em regra, nas sextas-feiras, no período noturno, das 18h010 às 21h50min; e aos sábados, no período matutino, de 08h10min às 11h50, e vespertino, das 13h00min às

17h30, conforme Quadro de Trabalho voltado para o Curso. Cada hora/aula terá a duração de 50 (cinquenta) minutos.

Os encontros ocorrerão a cada 15 (quinze) dias. Excepcionalmente, poderão ocorrer encontros aos domingos e no período vespertino de sexta-feira, mediante aviso prévio da Célula de Pós-graduação (Cepos), quando necessário ao cumprimento da carga-horária do curso ou em virtude da implementação de alguma ação educacional ou, ainda, por deliberação da Direção-Geral da Aesp|CE.

2.11 Infraestrutura física e tecnológica:

A Aesp|CE possui uma área total de 60 (sessenta) mil metros quadrados e conta com a seguinte infraestrutura física e tecnológica:

- a) **33 (trinta e três) salas de aula**, com mobiliário e suporte tecnológico adequados para desenvolvimento das atividades acadêmicas (desktops, projetor de imagem (data show), quadro branco, etc.);
- b) **02 (dois) auditórios**;
- c) **01 (uma) biblioteca** com 08 (oito) cabines de estudo individuais; 04 (quatro) terminais de consulta; 12 (doze) mesas de estudo coletivo com capacidade para 48 (quarenta e oito) pessoas; acervo físico com mais de 6 (seis) mil exemplares físicos; base de dados de livre acesso e repositórios digitais;
- d) **01 (um) laboratório de informática**, dotado de 40 (quarenta) *desktops* e acessórios respectivos;
- e) **01 (uma) plataforma de educação à distância**, ambiente virtual de aprendizagem e equipamentos específicos para a gravação de vídeos e aulas síncronas;
- f) **01 (uma) sala de reuniões**;
- g) **01 (uma) sala de professores**;
- h) **01 (uma) gráfica** para uso interno;
- i) **01 (um) ambulatório**;
- j) **01 (um) ginásio poliesportivo**;
- k) **01 (sala) de arquivos físicos**;
- l) **02 (dois) vestiários**;
- m) **01 (uma) academia** de musculação e ergometria;
- n) **01 (um) campo de futebol**;
- o) **01 (uma) pista para corrida**;
- p) **01 (uma) área de convivência** e de alimentação (refeitório);
- q) **01 (uma) parque aquático** dotado de 02 (duas) piscinas;

- r) **03 (três) elevadores;**
- s) **Banheiros com acessibilidade;**
- t) **Estacionamentos.**

2.12. Certificação

A certificação de especialista em Direitos Humanos e Equidade Racial na Atuação Policial será emitida pela Secretaria Acadêmica da Aesp|CE, com o devido registro junto ao Conselho de Educação do Estado do Ceará (CEE/CE), aos discentes que cumprirem todos os requisitos estabelecidos neste Projeto Pedagógico, no Plano de Ação Educacional do Curso (PAE), na Resolução CEE/CE Nº 470/2018, no Parecer CEE/CE e nos demais normativos pertinentes. Portanto, farão *jus* aos certificados os discentes que obtiverem aproveitamento, segundo os critérios de avaliação previamente estabelecidos.

O discente deverá obter aprovação em todos os componentes curriculares (nota igual ou superior a 7,0 (sete) e frequência mínima de 75%), bem como, aprovação do TCC, mediante a atribuição de conceito satisfatório por banca examinadora. Além disso, o discente deverá realizar o depósito das mídias contendo a versão final do TCC, após a análise de conformidade efetivada pela CEPOS, devendo o trabalho estar em consonância com as solicitações formuladas pela banca examinadora, pelo orientador e pela CEPOS.

2.13 Avaliação do curso e dos docentes

O curso em referência e o seu respectivo corpo docente, neste compreendido: professores, monitor(a) e coordenador(a), serão avaliados por intermédio de instrumentos de aferição específicos, preferencialmente, nos moldes da denominada avaliação de desempenho 360 (trezentos e sessenta) graus, em que cada sujeito envolvido nas ações educacionais participam da avaliação. Os discentes, assim como os demais envolvidos no curso, além de avaliar, também serão avaliados.

Por meio dos supracitados instrumentos avaliativos visa-se propiciar a todos os participantes do processo ensino e aprendizagem os meios necessários para que estes ponderem sobre alguns aspectos pertinentes à atuação de cada um, de forma individualizada, e em conjunto, permitindo que todos avaliem a si mesmos, mediante autoavaliação, e avaliem os demais envolvidos.

Serão examinados, dentre outros aspectos, os seguintes: componente curriculares, métodos didático-pedagógicos utilizados, o desempenho dos docentes e dos discentes, bem como a respectiva interação entre estes no cenário educacional, a dinâmica do processo ensino e aprendizagem, os

suportes de ensino, pesquisa e extensão oferecidos durante o curso, as condições de infraestrutura, física e tecnológica da Aesp|CE, os serviços prestados e as atividades educacionais desenvolvidas.

Busca-se, ainda, a partir da análise dos indicadores encontrados, identificar possíveis falhas no processo ensino e aprendizagem e/ou detectar pontos de vulnerabilidades que podem ser aprimorados permitindo um fluxo contínuo de ajustes, potencialidades e melhorias na dinâmica do curso.

2.14 Processo seletivo, critérios de seleção e requisitos para o ingresso:

O processo seletivo para o ingresso no Curso de Especialização em Direitos Humanos e Equidade Racial na Atuação Policial, na área de conhecimento: Segurança Pública, Defesa Civil, Cidadania e Direitos Fundamentais da Pessoa Humana (Parecer CEE/CE Nº 0483/2019), será organizado por uma comissão indicada pela Direção-Geral da Aesp|CE, composta por professores em sua maioria por mestres e doutores cadastrados no Banco de Talentos da Aesp|CE, participantes dos cursos de pós-graduação *lato sensu* (corpo docente) da supracitada instituição de ensino. O referido processo de seleção será regulamentado por edital público específico.

Poderão participar da seleção, servidores públicos efetivos e em atividade, integrantes dos órgãos vinculados à Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará - SSPDS/CE, portadores de diploma de graduação, licenciatura ou tecnólogo emitido por Instituição de Ensino Superior – IES, reconhecida por órgão de educação competente, bem como servidores oriundos de outras secretarias mediante instrumento de cooperação firmado com a AESP|CE.

Para o ingresso no supracitado curso, os candidatos deverão ter obtido aprovação no processo seletivo promovido pela a Aesp|CE, dentro do número de vagas e que atendam às condições necessárias, nos termos do edital respectivo e nos demais normativos pertinentes e, ainda, que não estejam de licença, afastados ou respondendo a procedimento administrativo disciplinar, policial e/ou a processo criminal.

2.15 Das vagas:

40 (quarenta vagas) vagas destinadas a servidores públicos dos órgãos vinculados à Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do estado do Ceará - SSPDS/CE, observando o que dispõe o item 2.7 deste documento.

3. DA CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

O Curso de Especialização em Direitos Humanos e Equidade Racial na Atuação Policial surge em resposta ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da AESP/CE e, sobretudo, para atender a uma necessidade que se apresenta a partir do contexto de expansão dos cursos de pós-graduação no Sistema de Segurança Pública.

4. DA JUSTIFICATIVA

O racismo estrutural é uma questão crítica que afeta profundamente a segurança pública no Brasil. Dados recentes do Atlas da Violência 2024, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, destacam a urgência de reformular as práticas e políticas de segurança pública.

A pesquisa revela que a taxa de homicídios entre pessoas pretas e pardas é alarmantemente alta, com 29,7 mortes a cada 100 mil habitantes, o que equivale a uma pessoa negra morta a cada 12 minutos. Além disso, pessoas negras são três vezes mais propensas a serem vítimas de homicídios do que pessoas brancas, e o índice entre indígenas é de 21,5 mortes por 100 mil habitantes. Esses dados evidenciam a necessidade de uma abordagem mais eficaz para enfrentar as desigualdades raciais no setor de segurança pública.

Nesse cenário, com o escopo de abordar referida temática, o Governo do Estado do Ceará tem empreendido esforços significativos, com destaque para a atuação da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Ceará (SSPDS).

A SSPDS tem colaborado estreitamente com a Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE) para desenvolver e implementar estratégias que integrem princípios de justiça racial e equidade nas práticas policiais.

Com isso, o **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Aesp|CE para o quinquênio 2023-2027** estabelece um compromisso claro com a promoção dos Direitos Humanos e a criação de uma pós-graduação em "Direitos Humanos e Igualdade Racial na Atuação Policial".

Nesse ato, sendo a Célula de Pós-graduação - CEPOS, instituída pelo Decreto Nº 32.956, de 13 de fevereiro de 2019, responsável pelo planejamento e execução desta especialização, com supervisão da Coordenadoria de Ensino e Instrução - COENI e apoio dos setores estratégicos da Aesp|CE, e tem como escopo qualificar profissionais da segurança pública e da Defesa Civil para uma atuação mais sensível e eficaz em relação às questões de equidade racial, implementando assim as estratégias do PDI (2023-

2027).

Nesse contexto, a idealização desta especialização está fortemente vinculado ao trabalho da **Secretaria da Igualdade Racial - SEIR, instituída em 17 de fevereiro de 2023 pela Lei nº 18.310.**

É cediço que a SEIR tem se destacado por sua atuação transversal, colaborando com outras áreas do governo para combater o racismo e promover a inclusão socioeconômica dos grupos racializados. Este esforço está alinhado com a quinta diretriz do Governo do Estado, que prioriza o combate ao racismo como uma estratégia estruturante das políticas públicas.

Dentro desse cenário, a especialização em Direitos Humanos e Equidade Racial na Atuação Policial possui influência das **Leis 10.639/2003 e 11.645/2008**, as quais alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -LDB, para incluir **a obrigatoriedade das temáticas História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena**, respectivamente. Essas leis estabeleceram a obrigatoriedade da referida instrução desde o ensino fundamental até o médio, e destaca a importância da educação antirracista.

As leis em questão impõem a inclusão desses temas no currículo escolar, promovendo uma compreensão mais abrangente da contribuição do povo negro à sociedade. Com isso, é evidente a necessidade de também refletir essa abordagem no ensino superior e nas especializações.

Oportuno consignar que a mudança do nome do curso de "Direitos Humanos e Igualdade Racial na Atuação Policial" (exarado no PDI da AESP/CE) para "Direitos Humanos e Equidade Racial na Atuação Policial" decorreu de uma sugestão/orientação da Secretária da Igualdade Racial, Maria Zelma de Araújo Madeira, a qual explicou que a equidade reconhece as disparidades e garante que cada pessoa receba o suporte necessário conforme suas necessidades e contextos específicos, diferentemente da igualdade, que trata todos de forma uniforme.

Outrossim, a temática de discussão do curso é fortemente influenciada pelo conceito de **racismo estrutural**, amplamente discutido na obra de **Silvio Luiz de Almeida, atual Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania**. Referida autoridade é reconhecida por seu trabalho ao demonstrar como o racismo está enraizado na estrutura da sociedade, afetando áreas como direito, economia e política. Esse conceito é crucial para a compreensão e a abordagem da especialização oferecida.

Tem-se também o fato de a Aesp|CE manter um diálogo constante com universidades e setores da sociedade, dedicados a temas relacionados à justiça racial e direitos humanos. E essa colaboração busca garantir que o curso de especialização aborde de forma adequada as questões mais relevantes e implemente práticas de ensino inovadoras e inclusivas.

Além disso, a necessidade de uma abordagem mais eficaz no combate ao racismo e à discriminação racial foi recentemente destacada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Em visita oficial ao Brasil, entre 5 e 16 de agosto de 2024, a **Relatora Especial sobre formas contemporâneas de racismo, Sra. Ashwini K.P.**, descreveu a existência de uma forma de racismo sistêmico no país, que afeta afrodescendentes, povos indígenas, comunidades quilombolas, ciganos, imigrantes, refugiados, LGBTQIA+, entre outros. Esse racismo se manifesta de maneira multifacetada e interconectada, exigindo ações antidiscriminatórias urgentes.

Adicionalmente, o **Supremo Tribunal Federal (STF)**, ao analisar o **Habeas Corpus (HC) 208240**, estabeleceu, por 2/3 dos votos, a proibição de realização de revista pessoal com base na raça, cor da pele ou aparência física. A decisão determina que a abordagem policial deve ser fundamentada em elementos concretos e objetivos e justificada pelo policial para controle futuro do poder judiciário, isso com vistas a refutar abordagens policiais discriminatórias, levando em consideração o perfilamento racial.

Ademais, o Ministério da Justiça e Segurança Pública, através da SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública, tem fomentado instruções para profissionais da área da Segurança Pública quanto ao letramento racial, educação antirracista, a exemplo disso, o Departamento de Ensino e Pesquisa executou em 2023 o primeiro Curso de Formação de Multiplicadores de Polícia Antirracista. E seguindo na mesma linha, a nível estadual, a AESP promoveu o primeiro curso de Polícia Antirracista no mês de julho do corrente ano, fatos esses que demonstram a importância da temática a ser trabalhada nas escolas de formação policial.

Dessa forma, a implantação da pós-graduação em "Direitos Humanos e Equidade Racial na Atuação Policial" é um passo essencial para enfrentar as desigualdades raciais na segurança pública. Alinhando-se com as diretrizes apontadas e as parcerias implementadas, a especialização visa aprimorar as políticas de segurança e promover uma abordagem mais justa e equitativa, com impacto em estruturas sociais e institucionais.

5. OBJETIVOS

5.1 Objetivo Geral:

O curso em epígrafe tem por objetivo principal promover estratégias integradas voltadas à qualificação profissional, formação especializada e aprimoramento das competências cognitivas, operativas e atitudinais de servidores públicos pertencentes aos órgãos vinculados à Secretaria da

Segurança Pública e Defesa Social do Ceará (SSPDS/CE) e oriundos de outros órgãos (mediante instrumentos de cooperação), com foco na promoção práticas policiais mais justas e equitativas, integrando conhecimentos sobre direitos humanos e equidade racial e abordando o impacto do racismo estrutural.

5.2 Objetivos Específicos:

- **Desenvolver Compreensão Crítica:** Aprofundar o entendimento sobre direitos humanos e equidade racial, aplicados ao contexto da segurança pública;
- **Integrar Teoria e Prática:** Combinar conhecimentos teóricos e práticos sobre racismo estrutural e discriminação na atuação policial;
- **Promover Reflexão e Sensibilidade:** Estimular a reflexão crítica sobre a atuação policial e desenvolver sensibilidade para questões de diversidade e desigualdade racial;
- **Implementar Políticas Inclusivas:** Preparar profissionais para adotar políticas e práticas que assegurem a proteção dos direitos fundamentais e combatam a discriminação racial;
- **Fortalecer Formação Profissional:** Melhorar a formação dos agentes para cargos de gestão e comando;
- **Contribuir para Iniciativas Institucionais:** Apoiar a missão da Aesp|CE e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), promovendo uma formação de referência nacional e internacional.

6. DESCRIÇÃO DO PERFIL E DAS COMPETÊNCIAS DO EGRESSO

O egresso do curso será um profissional capacitado e comprometido com a justiça e a equidade racial na segurança pública. Compreenderá o racismo estrutural e suas implicações, aplicando práticas e políticas que promovam a equidade e respeitem os direitos humanos.

Os egressos deste curso serão agentes transformadores no campo da segurança pública, preparados para desafiar e modificar estruturas e práticas que perpetuam injustiças e desigualdades raciais.

Com conhecimentos avançados e habilidades práticas, estarão prontos para promover uma atuação policial mais justa, equitativa e sensível às necessidades das comunidades que servem. Seguem as **competências do egresso**:

a. **Análise Crítica do Racismo Estrutural:**

- Compreender e identificar manifestações do racismo estrutural e suas implicações na segurança pública;
- Avaliar como práticas e políticas institucionais perpetuam desigualdades e desenvolver estratégias para confrontar essas práticas.

b. **Implementação de Políticas Inclusivas:**

- Desenvolver e propor políticas públicas e práticas institucionais que promovam a equidade racial e a justiça social;
- Aplicar o conceito de equidade na formulação de estratégias e abordagens que atendam às necessidades específicas das populações vulneráveis.

c. **Promoção dos Direitos Humanos:**

- Garantir a proteção e promoção dos direitos humanos em todas as ações e decisões relacionadas à segurança pública;
- Elaborar e implementar procedimentos e práticas que assegurem o respeito à dignidade e aos direitos das pessoas, independentemente de sua raça ou etnia.

d. **Educação e Sensibilização:**

- Conduzir treinamentos e workshops sobre direitos humanos e equidade racial para colegas e subordinados;
- Promover a sensibilização e a capacitação de outros profissionais da segurança pública sobre a importância da abordagem crítica do racismo estrutural.

e. **Avaliação e Monitoramento:**

- Monitorar e avaliar a eficácia das políticas e práticas implementadas para garantir a sua efetividade na promoção da equidade racial;
- Utilizar dados e evidências para ajustar e aprimorar abordagens e práticas policiais.

f. **Intervenção Comunitária e Mediação:**

- Desenvolver habilidades para mediar conflitos e intervir de maneira eficaz em situações de tensão racial ou desigualdade;
- Engajar-se com as comunidades para promover a confiança mútua e a colaboração na construção de um ambiente de segurança pública mais inclusivo.

g. Pesquisa e Inovação:

- Conduzir pesquisas que explorem novas formas de abordar e mitigar o racismo estrutural na segurança pública;
- Buscar e aplicar inovações e melhores práticas internacionais no contexto local para promover uma atuação policial mais equitativa.

h. Ética e Responsabilidade:

- Atuar com integridade e responsabilidade, respeitando princípios éticos e legais na execução de suas funções;
- Demonstrar um compromisso contínuo com a justiça social e a transformação das estruturas que perpetuam desigualdades.

7. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A proposta do curso encontra-se em conformidade com os seguintes documentos:

- a) **Lei Federal Nº 9.394/1996** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- b) **Lei Estadual Nº 13.729/2006** - Estatuto dos Militares Estaduais do estado do Ceará;
- c) **Lei Estadual Nº 14.629/2010** - Dispõe sobre a criação da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE);
- d) **Lei Estadual Nº 15.191/2012** - Dispõe sobre a unificação do ensino no Sistema de Segurança Pública e Defesa Social do estado do Ceará e dá outras providências;
- e) **Parecer do Conselho Estadual de Educação (CEE/CE) Nº 1757/2013** - Credencia a Aesp|CE para a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu, em sua sede de Fortaleza e dá outras providências;
- f) **Matriz Curricular Nacional (2014)**, da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) - Voltada para as ações formativas dos profissionais da área de segurança pública;
- g) **Decreto Estadual Nº 34.768/2016** – Aprova o regulamento da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (AESP|CE);
- h) **Portaria Nº 280/2016-DG/Aesp|CE** – Regulamenta o processo de pagamento de horas-aula para a atividade educacional de professor, instrutor, coordenador, monitor, tutor e conteudista, mediante Gratificação de Atividade de Magistério (Gama) e estabelece demais critérios relativos à matéria;

i) **Instrução Normativa Nº 01/2024-DG/AESP/CE** - Aprova o Regime Acadêmico da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE);

j) **Resolução do Conselho Estadual de Educação (CEE/CE) Nº 470/2018** - Estabelece normas para o credenciamento de Escolas de Governo, criadas, mantidas ou incorporadas pelo Poder Público, integrantes do Sistema de Ensino do estado do Ceará, para oferta de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização, e dá outras providências;

k) **Parecer do Conselho Estadual de Educação (CEE/CE) Nº 076/2018** - Prorroga o prazo de vigência do Parecer Nº 1757/2013, que credencia a Aesp|CE para a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*, na sua sede em Fortaleza, até 31 de julho de 2019;

l) **Decreto Nº 32.956/2019** - Altera a estrutura organizacional e dispõe sobre a distribuição e a denominação dos cargos de provimentos em comissão da Aesp|CE;

m) **Parecer do Conselho Estadual de Educação (CEE/CE) Nº 0483/2019** - Recredencia a Aesp|CE, para a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*, na área de Segurança Pública, Defesa Civil, Cidadania e Direitos Fundamentais da Pessoa Humana, na sua sede em Fortaleza, sem interrupção, até 31 de dezembro de 2024;

n) **Decreto Nº 33.438/2020** - Aprova o Regulamento da Aesp|CE;

o) **Lei nº 12.288/2010** - Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica;

p) **Lei nº 14.532/2023** - Estabelece a Política Nacional de Proteção das Vítimas de Violência e Discriminação e prevê medidas para proteção das vítimas de violência racial e étnica, contribuindo para a segurança e direitos das minorias;

q) **Lei nº 10.369/2003 e Lei nº 11.645/2008** – Tratam da obrigatoriedade das temáticas História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, respectivamente.

8. MATRIZ CURRICULAR

O Curso de Especialização em Direitos Humanos e Equidade Racial na Atuação Policial possui uma carga horária total de 460 horas, distribuída em componentes curriculares de caráter obrigatório, compostos por disciplinas e atividades complementares teóricas e práticas, estruturadas consoante a matriz curricular abaixo delineada.

Serão destinadas 40 horas-aula para a produção e apresentação do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), na modalidade artigo científico. O TCC deverá ser produzido no decorrer do curso, conforme o disposto no Plano de Ação Educacional (PAE) pertinente e no respectivo cronograma de atividades.

A orientação da produção e apresentação TCC será realizada por professores cadastrados no Banco de Talentos da Aesp|CE, integrantes do Sistema de Gestão Acadêmica da Aesp|CE e participantes dos cursos de pós-graduação *lato sensu* (corpo docente) da supracitada instituição de ensino.

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E EQUIDADE RACIAL NA ATUAÇÃO POLICIAL		
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU - MATRIZ CURRICULAR		
COMPONENTES CURRICULARES E CARGA HORÁRIA		
ORD	DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	CH
01	Fundamentos dos Direitos Humanos e do Direito Antidiscriminatório	30h/a
02	Fundamentos Históricos e Sociológicos das Relações Étnico-Raciais	24h/a
03	Psicologia Social e Dinâmicas Raciais na Atividade Policial	20h/a
04	Metodologia do Trabalho Científico	40h/a
05	Gênero, Raça e a Interseccionalidade nas Dinâmicas Sociais	20h/a
06	Ações Afirmativas e Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial	20h/a
07	Diversidade Cultural e Religiosa	20h/a
08	O SUSP e o Enfrentamento à Desigualdade Racial no Brasil	30h/a
09	Abordagem Policial, Atendimento e Proteção de Grupos Vulneráveis	20h/a
10	Atuação dos Profissionais de Segurança Pública no Combate ao Racismo Homotransfóbico	12h/a
11	Práticas Restaurativas e Justiça Social	30h/a
12	Racismo Ambiental e Equidade Racial: Implicações na Atuação Policial	30h/a
13	Projeto de Extensão: Combate ao Racismo no Ceará	40h/a
14	Direitos Humanos, Questões Raciais e Dinâmicas da Atuação Policial no Interior das Prisões.	30h/a
15	Qualidade de Vida, Atividade Policial e Relações Raciais	20h/a
16	Investigação Criminal Protetiva com foco na vítima	20h/a
CARGA HORÁRIA TOTAL DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS		406 h/a
TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO (TCC)		
17	Produção e Apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC): artigo científico	40h/a
ATIVIDADES COMPLEMENTARES OBRIGATÓRIAS		
18	Palestras, Visitas institucionais e Seminário	14h/a
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO		460h/a

* Cronograma a ser definido no Plano de Ação Educacional (PAE) do curso.

NOTA EXPLICATIVA

- Da orientação e coorientação dos trabalhos de conclusão de curso (TCC):

Para cada discente do curso em questão será designado um professor para orientar a produção e apresentação do TCC. A Célula de Pós-graduação - CEPOS disponibilizará aos discentes do referido curso a lista com os nomes dos professores que poderão ser indicados para orientar os supracitados trabalhos. Não haverá coorientação neste curso.

9. SISTEMATIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

9.1. Metodologia de Ensino

O curso será realizado por meio de aulas teóricas e práticas com emprego de técnicas metodológicas que busquem imprimir uma nova dinâmica didático-pedagógica, adotando práticas norteadas pelas metodologias ativas, bem como pela educação disruptiva e pela aprendizagem adaptativa.

Diante disso, sugere-se que sejam adotadas técnicas de ensino que proporcionem a participação ativa do discente, tais como:

a) Aulas expositivas e dialogadas; aulas demonstrativas e/ou práticas; resolução de problemas; simulação (role playing); estudo de casos; painéis de discussões; debates cruzados; seminários; sala de aula invertida; atividades gamificadas; storytelling (narrativa de histórias); palestras; visitas; etc. Intenta-se estimular a contextualização, interdisciplinaridade, transversalidade e questionamento da realidade posta e das ações dos agentes de segurança pública;

b) As aulas expositivas poderão contar com vários recursos didáticos, como dinâmicas, quadro branco, *datashow* e outros, podendo ser apresentados vídeos abordando tema específico sobre a matéria apresentada, conforme o plano de aula respectivo;

c) Para as de ensino à distância (não presenciais) poderão ser adotadas, dentre outras metodologias, aulas expositivas e dialogadas, mediante o uso de ferramentas digitais, sendo imprescindível a utilização de dispositivo eletrônico conectado à *internet*, vez que parte das aulas serão *online* e acontecerão por meio da plataforma *Google Meet* (computador *desktop*, *notebook*, *tablet* ou celular);

d) Também poderão ser utilizadas ferramentas digitais disponíveis na plataforma e outros recursos interativos multimídias transmitidos via dispositivo eletrônico como: *slides*, vídeos, *podcasts*, formulários eletrônicos, aplicativos educacionais e *softwares* educacionais.

9.2 Sistema de avaliação e frequência

O rendimento dos discentes, quanto à apreensão do conteúdo referente aos componentes curriculares e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem do curso, será avaliado a partir de critérios previamente estabelecidos neste Projeto Pedagógico e nos programas das disciplinas, bem como, no PAE, no RE da Aesp|CE e nos demais normativos pertinentes, sendo parte integrante da dinâmica educacional.

A avaliação se desenvolverá durante todo o curso, consoante discriminado na tabela abaixo, permitindo o diagnóstico da “reflexão-ação-reflexão” atinente à construção conjunta do conhecimento, à ampliação de saberes, em suas diferentes vertentes, e ao aprimoramento das competências cognitivas, operativas e atitudinais.

ORD.	DISCIPLINA	AValiação
01	Fundamentos dos Direitos Humanos e do Direito Antidiscriminatório	Nota mínima 7,0 (sete) e frequência mínima de 75%.
02	Fundamentos Históricos e Sociológicos das Relações Étnico-Raciais	Nota mínima 7,0 (sete) e frequência mínima de 75%.
03	Psicologia Social e Dinâmicas Raciais na Atividade Policial	Nota mínima 7,0 (sete) e frequência mínima de 75%.
04	Metodologia do Trabalho Científico	Nota mínima 7,0 (sete) e frequência mínima de 75%.
05	Gênero, Raça e a Interseccionalidade nas Dinâmicas Sociais	Nota mínima 7,0 (sete) e frequência mínima de 75%.
06	Ações Afirmativas e Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial	Nota mínima 7,0 (sete) e frequência mínima de 75%.
07	Diversidade Cultural e Religiosa	Nota mínima 7,0 (sete) e frequência mínima de 75%.
08	O SUSP e o Enfrentamento à Desigualdade Racial no Brasil	Nota mínima 7,0 (sete) e frequência mínima de 75%.
09	Abordagem Policial, Atendimento e Proteção de Grupos Vulneráveis	Nota mínima 7,0 (sete) e frequência mínima de 75%.
10	Atuação dos Profissionais de Segurança Pública no Combate ao Racismo Homotransfóbico	Nota mínima 7,0 (sete) e frequência mínima de 75%.
11	Práticas Restaurativas e Justiça Social	Nota mínima 7,0 (sete) e frequência mínima de 75%.
12	Racismo Ambiental e Equidade Racial: Implicações na Atuação Policial	Nota mínima 7,0 (sete) e frequência mínima de 75%.
13	Projeto de Extensão: Combate ao Racismo no Ceará	Nota mínima 7,0 (sete) e frequência mínima de 75%.
14	Direitos Humanos, Questões Raciais e Dinâmicas da Atuação Policial no interior das Prisões.	Nota mínima 7,0 (sete) e frequência mínima de 75%.
15	Qualidade de Vida, Atividade Policial e Relações Raciais	Nota mínima 7,0 (sete) e frequência mínima de 75%.
16	Investigação Criminal Protetiva com foco na vítima	Nota mínima 7,0 (sete) e frequência mínima de 75%.
17	Produção e Apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC): artigo científico	Conceito satisfatório e participação.
18	Atividades Complementares: seminários, visitas institucionais, palestras e outras atividades educacionais correlatas.	Frequência mínima de 75% e participação.

9.3 Será considerado APROVADO o discente que:

- a) Não tenha sido, por qualquer motivo, desligado;
- b) Tenha percentual de frequência igual ou superior a 75% da carga horária de cada disciplina;
- c) Tenha obtido, no mínimo, nota 7,0 (sete) em cada disciplina, bem como auferir o conceito satisfatório nos componentes curriculares Produção e Apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso: artigo científico;
- d) Tenha cumprido todas as formalidades necessárias para a certificação de conclusão do curso, inclusive, a entrega das mídias contendo a versão final do TCC, após a apresentação perante a banca examinadora e as correções necessárias solicitadas pela CEPOS, consoante os regramentos legais dispostos pela Aesp|CE, pelo Conselho Estadual de Educação do Ceará, notadamente a Resolução Nº 470/2018 e demais normativas exaradas no Plano de Ação Educacional (PAE).

9.4 Será considerado REPROVADO o aluno que:

- a) Ultrapassar o limite de faltas que, de acordo com a Instrução Normativa Nº 01/2024 – DG/AESP/CE (Regime Escolar da Aesp|CE), será de até 25% (vinte e cinco por cento) da carga horária por componente curricular, ressalvadas as situações estabelecidas na referida instrução normativa e no PAE, frisando-se que, em virtude da especificidade do curso, serão aplicadas as regras dispostas nos parágrafos 5º e 6º, do art. 33, do RA, que tratam dos casos excepcionais quanto aos abonos de faltas;
- b) Não auferir a nota mínima 7,0 (sete) em cada uma das disciplinas avaliadas e/ou não alcançar o conceito satisfatório no componente curricular Produção e Apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso: artigo científico;
- c) Não tenha cumprido todas as formalidades necessárias para a certificação de conclusão do curso, inclusive, a entrega das mídias contendo a versão final do TCC, após a apresentação perante a banca examinadora e as correções necessárias solicitadas pela CEPOS, consoante os regramentos legais dispostos pela Aesp|CE, pelo Conselho Estadual de Educação do Ceará, notadamente a Resolução Nº 470/2018, bem como outras diretrizes especificadas em edital.

9.5 Será DESLIGADO do curso o aluno que:

- a) Matriculado, não se apresentar para o curso;
- b) Tiver deferido o pedido de desligamento;

- c) Sofrer qualquer tipo de lesão que o incapacite para as atividades do curso;
- d) Tiver contra si decisão motivada para seu desligamento, consoante procedimento onde se conceda a ampla defesa e o contraditório nos moldes aplicáveis a Aesp|CE;
- e) Falecer.

OBSERVAÇÕES:

- a) O discente poderá ser submetido a recuperação e/ou segunda chamada conforme as regras estabelecidas no Regime Escolar da Aesp|CE (RE);
- b) O acompanhamento da elaboração, aplicação e correção das avaliações e trabalhos científicos, ficará a encargo da Coape/Aesp|CE em conjunto com a Cepos/Aesp|CE;
- c) Para a classificação final do curso, o cálculo da média geral de cada discente será obtido a partir da média de cada componente curricular dividido pelo quantitativo de componentes curriculares, excluídos aqueles em que são atribuídos conceitos, bem como seminários, visitas e palestras;
- d) Se por ocasião do lançamento da média geral for constatada a existência de empate de notas, a classificação geral será definida com base nos critérios dispostos no Regime Escolar da AESP|CE (RA);
- e) Outras questões relacionadas ao referido curso que, porventura, surjam durante à sua execução e que não estejam expressamente previstas nos normativos pertinentes, serão submetidas à Direção-Geral da Aesp|CE para conhecimento, análise e ulterior deliberação.

9.6 Da produção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e sua apresentação pública

Para o Curso de Especialização em Direitos Humanos e Equidade Racial na Atuação Policial será obrigatório a produção e apresentação pública de um TCC, na modalidade artigo científico, devendo o objeto de estudo ter pertinência temática com uma das seguintes áreas de conhecimento: Segurança Pública, Defesa Civil, Cidadania ou Direitos Fundamentais da Pessoa Humana. A pesquisa deverá ter natureza interventiva/propositiva.

A aprovação referente à produção do artigo e a sua respectiva apresentação perante uma banca examinadora é requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Direitos Humanos e Equidade Racial na Atuação Policial, conferido pela Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará aos concluintes do curso em questão.

A banca examinadora será composta por três membros, sob a presidência do professor orientador. Cada banca deverá ter dentre seus integrantes, pelo menos, um(a) professor(a) portador de

título de mestre ou doutor (diploma registrado no MEC ou, se obtido em instituição estrangeira, devidamente reconhecido).

A sessão de orientação poderá ser realizada de modo presencial ou de forma remota (casos específicos no RE), conforme definido e agendado pelo orientador, o qual deverá registrar todos os encontros, discriminando: data; horário; *link* da plataforma (se a sessão for virtual); síntese dos encaminhamentos e outras informações necessárias. O orientador e o orientando deverão fazer o registro das orientações nos espaços específicos e reenviar o formulário para a CEPOS.

Por ocasião da orientação do trabalho de conclusão de curso, o orientador deverá proceder não só a verificação do conteúdo e pertinência temática da área de conhecimento indicada, mas também a conferência da conformidade do trabalho com relação às regras metodológicas, parâmetros de formatação, percentual de similaridade textual com outras obras e demais instruções contidas neste guia.

Com efeito, cabe ao orientador conferir se o TCC está em consonância com as regras contidas nos instrumentos que regulamentam trabalhos acadêmicos dos cursos de pós-graduação *lato sensu* da Academia Estadual de Segurança Pública, sendo, portanto, de responsabilidade do orientador submeter a versão final do trabalho a programa antiplágio, com vistas a detectar o percentual de similaridade textual, o qual não poderá ultrapassar 25% (vinte e cinco por cento).

Por fim, cabe igualmente ao orientador solicitar ao orientando que efetue as devidas inserções relativas às citações das fontes utilizadas (bibliográficas, documentais, imagens, gráficos, etc.) e respectivas referências das obras citadas, atentando-se para que o TCC não contenha índices de similaridade textual que configurem plágio ou impliquem em potencial conflito de propriedade intelectual, em virtude de ausência de citações.

9.6.1 Dos requisitos para a avaliação do TCC

Os critérios avaliativos dos trabalhos de conclusão de curso das especializações da Aesp|CE são balizados por aspectos centrados na análise da produção do trabalho escrito e da apresentação oral, norteados por três tópicos específicos, quais sejam: estrutura metodológica; apresentação escrita e apresentação oral. A aprovação ou reprovação do trabalho apresentado por cada discente será auferida a partir da média aritmética $((N1 + N2 + N3) / 3)$ proveniente das notas atribuídas pelos três membros da banca examinadora, cujo resultado conferirá ao expositor o conceito “satisfatório” ou “insatisfatório”. Cada avaliador emitirá nota individual em escala de 0 (zero) a 10,0 (dez), a qual só será considerada para fins de mensuração do conceito final: “satisfatório” ou “insatisfatório”.

O somatório das pontuações deverá obedecer aos limites máximos para contabilização da nota individual do expositor, guiados pela referida escala (zero a dez). O discente será considerado aprovado se a sua pontuação for igual ou maior que 7,0 (sete), sendo-lhe conferido o conceito final “satisfatório”; e, no caso de pontuação menor que 7,0 (sete), “insatisfatório”, sendo, neste caso, considerado reprovado.

9.6.2 Da apresentação e do depósito do TCC

As sessões de apresentação dos trabalhos de conclusão de curso dos discentes das especializações da Aesp|CE serão organizadas pela Cepos. Todas as sessões serão públicas e as informações relativas às apresentações, como: datas, horários, composição das bancas, nomes dos discentes, títulos dos trabalhos, dentre outros serão divulgadas no site da Aesp|CE.

Após a apresentação dos trabalhos, o discente deverá proceder às correções sugeridas pelos membros da banca examinadora e entregar na Cepos (via ambiente virtual), dentro prazo estipulado, 02 (dois) exemplares da versão final do TCC, em formato PDF e Docx, acompanhado da respectiva declaração de revisão de correção ortográfica, gramatical e de ABNT, caso tenha a banca solicitado, com capa padrão (modelo a ser divulgado pela Cepos).

Caso o TCC apresentado pelo discente não esteja satisfatório para apresentação, este poderá, mediante requerimento próprio, obter a concessão de um prazo máximo de 60 dias corridos a contar da data de entrega do artigo, para o cumprimento das exigências da Banca Examinadora e apresentação.

9.7 Aproveitamento de componente curricular

No Curso de Especialização em Direitos Humanos e Equidade Racial na Atuação Policial não será permitido o aproveitamento de componentes curriculares cursados em outros cursos de pós-graduação.

9.8 Avaliação do curso e do corpo docente

O curso em referência e o seu respectivo corpo docente, neste compreendido: professores; monitor e coordenador, serão avaliados mediante instrumentos de aferição específicos, preferencialmente nos moldes da denominada avaliação de desempenho 360 (trezentos e sessenta) graus, em que cada sujeito envolvido nas ações educacionais, inclusive os discentes, participarão da avaliação, a qual consubstanciará aspectos pertinentes a atuação de cada um e do conjunto, permitindo

que todos avaliem a si, mediante autoavaliação, e aos outros envolvidos no processo ensino e aprendizagem, sendo verificado ainda a infraestrutura física e tecnológica da Aesp|CE, os componentes curriculares, os métodos didático-pedagógicos, bem como o desempenho do corpo docente e discente no cenário educacional.

Por meio desse processo avaliativo busca-se identificar a conjuntura socioeducacional da Academia, bem como as condições de sua infraestrutura, suporte educacional, serviços prestados e atividades pedagógicas desenvolvidas, a fim de identificar possíveis falhas no processo de ensino-aprendizagem ou fatores que podem ser aprimorados permitindo um fluxo contínuo de ajustes, potencialidades e melhorias da dinâmica do curso, a partir da análise dos indicadores encontrados.

Serão avaliados aspectos relativos ao desempenho do corpo docente, componentes curriculares, metodologias didático-pedagógicas empregadas, a dinâmica do processo ensino-aprendizagem, bem como a infraestrutura física, tecnológica e demais suportes oferecidos na extensão do curso.

Fortaleza ____ de _____ de 2024

Ana Paula Silva Santos Barroso
Orientadora da Célula de Pós-Graduação

Paulo Ramon Rodrigues Tavares
Supervisor de Núcleo de Pesquisa e Extensão

10. EMENTÁRIO

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E EQUIDADE RACIAL NA ATUAÇÃO POLICIAL	
Disciplina	Fundamentos dos Direitos Humanos e do Direito Antidiscriminatório
Carga horária	30h/a
Nome e titulação do docente	Profª Esp. Aline Medeiros Pinheiro
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	2024
Lattes	https://lattes.cnpq.br/5375273139847150
EMENTA	
Direitos humanos. Direito antidiscriminatório. Diretrizes na atuação policial pautada na igualdade racial e respeito aos direitos fundamentais.	
OBJETIVOS	
GERAL: - Compreender a história dos direitos humanos. Processo e evolução. Fase da especificação do sujeito. Direito antidiscriminatório. Atuação policial constitucional. Atuação policial em respeito à igualdade racial. ESPECÍFICOS: Afirmação Histórica Dos Direitos Humanos Direito Antidiscriminatório Convenção Internacional Sobre A Eliminação De Todas As Formas De Discriminação Racial Convenção Interamericana Contra O Racismo, A Discriminação Racial E Outras Formas Correlatas De Intolerância Estatuto Da Igualdade Racial Lei De Crimes Resultantes De Preconceito De Raça Ou De Cor Segurança Pública E Igualdade Racial Jurisprudência Acerca Direito Antidiscriminatório	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
UNIDADE I -AFIRMAÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS HUMANOS - Conceito de Direitos Humanos - Características - Dimensões - Afirmação Histórica dos Direitos Humanos UNIDADE II – DIREITO ANTIDISCRIMINATÓRIO - Fase da Especificação dos Sujeitos - O que é o direito antidiscriminatório? - Marcos do Direito Antidiscriminatório - Teoria do Preconceito Implícito UNIDADE III – CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL - Sistema Global de Proteção dos Direitos Humanos - Estrutura - Conceitos - Principais comandos UNIDADE IV – CONVENÇÃO INTERAMERICANA CONTRA O RACISMO, A DISCRIMINAÇÃO RACIAL E OUTRAS FORMAS CORRELATAS DE INTOLERÂNCIA - Sistema Americano de Proteção dos Direitos Humanos - Bloco de constitucionalidade e equiparação à emenda constitucional - Conceitos - Principais comandos UNIDADE V – ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL - Legislação Interna - Ações Afirmativas e “lei de cotas” - Principais comandos UNIDADE VI – LEI DE CRIMES RESULTANTES DE PRECONCEITO DE RAÇA OU DE COR - Mandado constitucional de criminalização	

- Legislação interna
- Crimes em espécie
- Sanções Penais

UNIDADE VII – SEGURANÇA PÚBLICA E IGUALDADE RACIAL

- Desenho constitucional da segurança pública
- Órgãos e atribuições
- Garantia de direitos fundamentais
- Abordagem constitucional

UNIDADE VIII – JURISPRUDÊNCIA ACERCA DIREITO ANTIDISCRIMINATÓRIO

- Conceito e aplicação prática da jurisprudência
- Jurisprudência internacional sobre o direito à igualdade racial
- Jurisprudência sobre atuação policial constitucional com viés de igualdade racial

PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS

Aula expositiva e dialogada, desenvolvida com o auxílio de *slides*, vídeos, *podcasts* e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/*data show*, caixa de som e outras ferramentas digitais;

Aula demonstrativa e participativa por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular);

Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debate cruzado;

Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes;

Estudo de casos e resolução de problemas;

Atividades gamificadas, mediante o uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular);

Divisão da turma em equipes para a simulação de bancas examinadoras e dinâmica de apresentação oral de trabalhos;

Aula prática com a participação ativa dos discentes; - Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.

RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco, pincel, lousa digital;

Recursos interativos multimídia (projetor de imagens/*data show*, caixa de som) para a apresentação de *slides*, vídeos, *podcasts*;

Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular) e outras ferramentas digitais gratuitas, como: *Google Suite for Education* (*Google sala de aulas*; *Google drive*; *Google docs*; *Google forms*);

Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; *softwares* educacionais.

AValiação DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios:

Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00);

Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);

Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);

Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOBBIO, Norberto. 1909. A era dos direitos / Norberto Bobbio; tradução Carlos Nelson Coutinho; apresentação de Celso Lafer. — Nova ed. — Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. — 7ª reimpressão.

PAIVA, Caio. HEEMANN, Thimotie Aragon. Jurisprudência Internacional de Direitos Humanos. 3ª ed. Belo Horizonte: CEI, 2020.

PIOVESAN, Flávia. (2005). Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. *Cadernos De Pesquisa*, 35(124), 43–55.

RAMOS, André de Carvalho. Curso de Direitos Humanos. 8ª ed — São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

MARMELSTEIN, George. Discriminação por Preconceito Implícito — Salvador: Editora Juspodvim, 2021.

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PARA RESULTADOS NO ÂMBITO DA SEGURANÇA PÚBLICA - CEGPR	
Disciplina	Fundamento Históricos e Sociológicos das Relações Étnico-Raciais
Carga horária	24h/a
Nome e titulação do docente	Prof. Me. Isaac Rodrigues do Nascimento
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	2024
Lattes	http://lattes.cnpq.br/9013072176179511
EMENTA	
Esta disciplina explora a evolução das relações étnico-raciais ao longo da história, desde a antiguidade até a contemporaneidade, abordando as dinâmicas de poder, resistência e construção de identidades. Ao fornecer uma compreensão profunda e crítica das relações étnico-raciais, a disciplina será fundamental para refletir sobre o racismo tanto no Brasil quanto no mundo. Os alunos serão incentivados a analisar criticamente os impactos sociais, políticos e econômicos dessas relações e a refletir sobre políticas públicas e movimentos sociais que buscam a igualdade étnico-racial. Através de uma abordagem interdisciplinar, a disciplina visa fornecer uma compreensão abrangente e crítica das questões étnico-raciais em diferentes contextos históricos e geográficos.	
OBJETIVOS	
GERAL: Analisar Criticamente a Construção Histórica das Relações Étnico-Raciais: Estudar a construção das relações étnico-raciais, identificando os principais eventos, políticas e movimentos que influenciaram essas dinâmicas ao longo da história.	
ESPECÍFICOS: Compreender os Processos de Formação das Identidades Étnicas e Raciais: Investigar como as identidades étnicas e raciais são construídas, mantidas e transformadas em diferentes contextos históricos e culturais. Identificar e Discutir o Racismo Estrutural e Institucional: Refletir sobre as formas de racismo enraizadas nas estruturas sociais e institucionais e suas consequências para diferentes grupos étnico-raciais. Avaliar o Impacto das Políticas Públicas e Movimentos Sociais: Analisar o papel das políticas públicas e dos movimentos sociais na promoção da igualdade étnico-racial e na luta contra o racismo.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
Unidade 1: Conceitos Fundamentais e Contexto Histórico Conceitos de Etnia e Raça: Definições e distinções entre etnia, raça e nacionalidade. Diversidade Cultural e Étnica: A importância da diversidade nas sociedades contemporâneas. Racismo, Discriminação e Preconceito: Formas, manifestações e impactos. Civilizações Antigas e suas Dinâmicas Étnico-Raciais: Egito, Mesopotâmia, Grécia e Roma. Escravidão na Grécia e Roma Antiga: Origem, funcionamento e impactos sociais e econômicos. Unidade 2: Colonialismo, Escravidão e Abolição A Expansão Europeia e o Contato com Outras Culturas: Explorações, conquistas e colonizações. Escravidão nas Américas: Tráfico transatlântico de escravos, vida cotidiana dos escravos e resistência. Resistência e Revoltas Escravas: Movimentos de resistência, quilombos e revoltas. Abolição da Escravidão: Processos de abolição em diferentes países e suas implicações. Movimentos Abolicionistas: Principais figuras, ideologias e ações. Unidade 3: Segregação, Direitos Cívicos e Pós-Abolição Desafios e Transformações no Período Pós-Abolição: Inserção dos ex-escravos na sociedade, políticas de inclusão e exclusão. Segregação Racial nos Estados Unidos: Leis de Jim Crow e a vida sob segregação. Movimentos pelos Direitos Cívicos: Martin Luther King Jr., Malcolm X, Rosa Parks e outros. O Apartheid na África do Sul: Origem, implementação, resistência e fim do apartheid. Colonização e Miscigenação na América Latina: Processos de colonização e suas consequências para as populações indígenas e africanas. Unidade 4: Relações Étnico-Raciais no Brasil Contemporâneo Histórias de Migração e Integração no Brasil: Movimentos migratórios históricos e contemporâneos. Políticas de Imigração e suas Consequências no Brasil: Políticas de acolhimento e rejeição. Xenofobia e Racismo no Brasil Contemporâneo: Casos de xenofobia e racismo contra diferentes grupos étnicos. Desigualdades Raciais no Brasil: Indicadores sociais, econômicos e educacionais.	

Políticas de Ação Afirmativa e Inclusão: Debates e implementação de políticas de cotas e outras ações afirmativas.

Unidade 5: Movimentos Sociais, Racismo Estrutural e Perspectivas Futuras

Black Lives Matter e Outros Movimentos Internacionais: Origem, objetivos e impactos.

Impacto das Mídias Sociais na Luta Contra o Racismo: O papel das redes sociais na mobilização e conscientização.

Análise Comparativa de Movimentos em Diferentes Países: Estudos de casos de movimentos na América do Norte, Europa, África e América Latina.

Racismo Estrutural e Institucional: Definição, exemplos e estratégias de combate.

Políticas Públicas e Ações Afirmativas: Análise crítica de políticas de inclusão e seus resultados.

O Futuro das Relações Étnico-Raciais e as Perspectivas de Igualdade: Desafios e perspectivas para a construção de sociedades mais justas e igualitárias.

PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS

Aulas Expositivas: Utilizar apresentações visuais (slides) para ilustrar pontos importantes. Incluir vídeos, documentários e trechos de filmes que abordem questões étnico-raciais.

Leitura e Discussão de Textos: Selecionar artigos acadêmicos, capítulos de livros e outros materiais de leitura pertinentes..

Promover debates em sala de aula para discutir os pontos principais dos textos.

Estudos de Caso: Analisar casos históricos específicos de relações étnico-raciais. Estimular a reflexão sobre as consequências desses casos e suas lições para a sociedade contemporânea.

História Oral: Utilizar entrevistas e depoimentos de pessoas que vivenciaram questões étnico-raciais. Integrar essas histórias pessoais ao contexto histórico mais amplo.

Aprendizagem Baseada em Projetos: Desenvolver projetos que abordem temas étnico-raciais de forma interdisciplinar. Estimular a pesquisa e a investigação por parte dos alunos.

Análise Crítica: Incentivar os alunos a desenvolverem um pensamento crítico sobre as relações étnico-raciais. Analisar criticamente fontes históricas e contemporâneas, identificando preconceitos e estereótipos.

Ensino por Investigação: Estimular a curiosidade e a investigação científica sobre temas étnico-raciais. Propor problemas ou questões para que os alunos pesquisem e apresentem soluções fundamentadas.

RECURSOS DIDÁTICOS

Textos e Livros Didáticos: Livros de história específicos sobre relações étnico-raciais. Artigos acadêmicos, capítulos de livros e textos clássicos sobre o tema.

Audiovisuais: Documentários, filmes e vídeos que abordem temas de relações étnico-raciais. Entrevistas com especialistas e figuras históricas relacionadas ao tema.

Materiais Digitais e Multimídia: Plataformas de ensino online e e-books. Podcasts, webinars e vídeos de aulas online. Sites e blogs especializados em história e relações étnico-raciais.

Mapas e Infográficos: Mapas históricos que mostram a distribuição e os movimentos de diferentes grupos étnicos. Infográficos que ilustram dados estatísticos e informações relevantes.

Recursos Interativos: Jogos educativos e simulações que abordem temas étnico-raciais. Aplicativos e plataformas que permitem a criação de conteúdo colaborativo, como wikis e fóruns de discussão.

Fontes diversas: Documentos históricos, cartas, diários e relatos pessoais. Fotografias, cartazes e outros materiais de época.

Recursos Tecnológicos: Utilização de lousas digitais e projetores multimídia. Ferramentas de realidade aumentada (AR) e realidade virtual (VR) para recriar cenários históricos.

Material Impresso: Apostilas, resumos e esquemas de estudo. Cópias de artigos de jornais e revistas que abordem temas de relevância.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Os alunos devem elaborar um ensaio de no mínimo cinco laudas sobre um aspecto específico da história das relações étnico-raciais, avaliando a importância do tema e seu contexto histórico, e relacionando-o com questões atuais. O trabalho deve incluir uma introdução clara do tema e objetivos, uma revisão bibliográfica, contextualização histórica, análise crítica e conclusão que resuma os pontos principais e ofereça reflexões finais. As referências devem ser listadas conforme normas acadêmicas.

A avaliação será baseada nos critérios de clareza (organização e apresentação das ideias), profundidade (análise crítica e contextualização) e domínio da bibliografia (uso adequado e diversificado de fontes). A nota final deve ser no mínimo 7,00.

A frequência mínima exigida é de 75%, com possibilidade de pontuação extra para participação ativa e elaboração de trabalhos adicionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARNEIRO, Sueli. Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro Edições, 2011.
DAVIS, Angela. Mulheres, Raça e Classe. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
FANON, Frantz. Pele Negra, Máscaras Brancas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
FERNANDES, Florestan. A Integração do Negro na Sociedade de Classes. São Paulo: Globo, 2007.
GONZALEZ, Lélia. Por um Feminismo Afro-Latino-Americano. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
HOOKS, bell. Olhares Negros: Raça e Representação. São Paulo: Elefante, 2019.
MOURA, Clóvis. Dialética Radical do Brasil Negro. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000.
MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus Identidade Negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
NASCIMENTO, Abdias do. O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado. São Paulo: Perspectiva, 1978.
NASCIMENTO, Beatriz. Beatriz Nascimento: Quilombola e Intelectual. São Paulo: Aziza Editora, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo Estrutural. Revista Piauí, edição especial, 2019.
GOMES, Flávio dos Santos. Histórias de Quilombolas: Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. Revista Brasileira de História, v. 25, n. 50, 2005.
SCHWARCZ, Lília Moritz. Nem preto, nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira. Novos Estudos CEBRAP, n. 58, 2000.
Documentos Históricos: A Lei Áurea, 1888. Disponível no Portal da Legislação.
Manifesto da Frente Negra Brasileira, 1931. Arquivo Público do Estado de São Paulo.
Sites e Recursos Digitais: Museu Afro Brasil. Disponível em: museuafrobrasil.org.br.
Portal Geledés - Instituto da Mulher Negra. Disponível em: geledes.org.br.
Blog da Fundação Palmares. Disponível em: palmares.gov.br.
Documentários e Filmes: A Negação do Brasil (2000), dirigido por Joel Zito Araújo.
Quilombo (1984), dirigido por Carlos Diegues.
Vista Minha Pele (2003), dirigido por Joel Zito Araújo.
Podcasts e Webinars:
AfroPausa - Podcast do Portal Geledés.
Roda Viva - Entrevista com Silvio Luiz de Almeida.
Webinars do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre Demografia e Raça.

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E EQUIDADE RACIAL NA ATUAÇÃO POLICIAL	
Disciplina	Psicologia Social e Dinâmicas Raciais na Atuação Policial
Carga horária	20 h/a
Nome e titulação do docente	Prof. Me. Jandson Ferreira da Silva
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	2024
Lattes	http://lattes.cnpq.br/5375273139847150
EMENTA	
Conceitos básicos da Psicologia Social. Psicogênese da Pessoa Negra no Brasil. Racialização e trabalho policial.	
OBJETIVOS	
GERAL: Construir uma visão racializada da atuação em segurança pública brasileiras a partir das discussões sobre Psicogênese da Pessoa Negra. ESPECÍFICOS: Conhecer os conceitos básicos em Psicologia Social; Entrar em contato com as principais discussões contemporâneas em Psicologia da Pessoa Negra; Fazer uma leitura crítica da atuação das polícias a partir das Teorias Raciais;	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
UNIDADE I Psicogênese na Psicologia histórico-cultural; Psicogênese psicanalítica; Raça como categoria sociocognitiva. UNIDADE II Discursos raciais no Brasil e Subjetividade da Pessoa Negra. Teorias decoloniais e pós-coloniais. UNIDADE III Questões raciais e estrutura policial: o policial negro. A pessoa negra e as instituições policiais	
PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS	
Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de <i>slides</i>, vídeos, <i>podcasts</i> e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/<i>data show</i>, caixa de som e outras ferramentas digitais; Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular); Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes. Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes; Estudo de casos e resolução de problemas; Aulas práticas com a participação ativa dos discentes; Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.	
RECURSOS DIDÁTICOS	
Quadro branco, pincel, lousa digital; Recursos interativos multimídia (projetor de imagens/<i>data show</i>, caixa de som) para a apresentação de <i>slides</i>, vídeos, <i>podcasts</i>; Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular); Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; <i>softwares</i> educacionais.	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios: Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota	

da Avaliação 1: de 0 a 10,00);
Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);
Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);
Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BALDWIN, James. Se a Rua Beale falasse. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 224 p.
FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. São Paulo: Ubu Editora, 2020. 320 p.
GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. Lugar de negro. Rio de Janeiro: Zahar, 2022. 144 p.
HOOKS, Bell. A Gente é da Hora: homens negros e masculinidade. São Paulo: Elefante Editora, 2022. 264 p.
KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. 249 p.
SOUZA, Neuza Santos. Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. 176 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FARR, Robert. Raízes da psicologia social moderna: (1872-1954). 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. Freud e o Inconsciente. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
REGO, Teresa Cristina. Vygotsky: Uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis, RJ: Vozes 1995.
ZIMMERMAN, David. Fundamentos Psicanalíticos: teoria, técnica e clínica - uma abordagem didática. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E EQUIDADE RACIAL NA ATUAÇÃO POLICIAL	
Disciplina	Metodologia do Trabalho Científico
Carga horária	40 h/a
Nome e titulação do docente	Prof. Dr. Túlio Ítalo da Silva Oliveira
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	2024
Lattes	http://lattes.cnpq.br/2593940282781633
EMENTA	
Metodologia da pesquisa em educação. Diretrizes normalizadoras e padronizadoras dos trabalhos acadêmicos da aesp ce. A construção do artigo científico com base no projeto de pesquisa científica. Elementos obrigatórios e opcionais de um artigo científico (normas da abnt). Estrutura, organização e formatação de um artigo científico. Estrutura e organização do trabalho de conclusão de curso (tcc). Produção e apresentação do tcc.	
OBJETIVOS	
GERAL: Compreender as normas básicas que regem a produção padronizada de trabalhos acadêmicos/científicos dos cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> ofertados pela Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp CE) e entender os critérios de avaliação da produção e apresentação do Trabalho de Conclusão do Curso. ESPECÍFICOS: Conhecer os diferentes tipos de trabalhos acadêmicos/científicos; Assimilar a metodologia mais adequada para o desenvolvimento da pesquisa científica; Assimilar as regras atinentes à estrutura, organização e formatação do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) na modalidade artigo científico; Saber aplicar as Normas Brasileiras (NBR) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) na produção do TCC (artigo científico).	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
UNIDADE I - METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA 1. Apresentação da disciplina e informações gerais; 2. Metodologia: o estudo dos métodos; 3. Pesquisa científica: técnicas e métodos científicos; 4. Fontes de pesquisa disponíveis: fontes bibliográficas e documentais; acervos físicos e virtuais (confiáveis e não-confiáveis); UNIDADE II - DIRETRIZES NORMALIZADORAS E PADRONIZADORAS DOS TRABALHOS ACADÊMICOS DA AESP CE 1. Considerações sobre o Guia de Normalização e Padronização de Trabalhos Acadêmicos da Aesp CE; 2. Regras para a produção e apresentação do TCC perante banca examinadora; 3. Critérios de avaliação do TCC e formação das bancas examinadoras. UNIDADE III - A CONSTRUÇÃO DO ARTIGO CIENTÍFICO COM BASE NO PROJETO DE PESQUISA CIENTÍFICA 1. Trabalhos científicos: tipos e principais diferenças; 2. Projeto de pesquisa e artigo científico; 3. Alinhamentos necessários; 4. Modelo de slides para a apresentação oral do TCC e do trabalho da disciplina. UNIDADE IV - ELEMENTOS OBRIGATÓRIOS E OPCIONAIS DE UM ARTIGO CIENTÍFICO 1. Normas Brasileiras (NBR) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que serão utilizadas na elaboração do artigo científico. 2. Elementos pré-textuais; 3. Elementos textuais; 4. Elementos pós-textuais. UNIDADE V - ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E FORMATAÇÃO DE UM ARTIGO CIENTÍFICO 1. Aspectos gerais sobre a estrutura do artigo científico: Resumo, palavras-chave, abstract, keywords, introdução, desenvolvimento, considerações finais; referências e citações; 2. Aspectos gerais sobre a formatação do artigo científico: Número de páginas (mínimo e máximo), paginação, espaçamento, alinhamento, fonte (tipo e tamanho), layout, etc;	

3. Construção dos slides para a apresentação oral do artigo científico.

UNIDADE VI - PRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO DO TCC

1. Guia de Normalização de Trabalhos Acadêmicos da Aesp|CE;
2. Apresentação do TCC: formação das bancas examinadoras;
3. Critérios avaliativos da produção e apresentação do TCC.

PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS

Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de *slides*, vídeos, *podcasts* e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/*data show*, caixa de som e outras ferramentas digitais;

Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular);

Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.

Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes;

Estudo de casos e resolução de problemas;

Aulas práticas com a participação ativa dos discentes;

Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.

RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco, pincel, lousa digital;

Recursos interativos multimídia (projetor de imagens/*data show*, caixa de som) para a apresentação de *slides*, vídeos, *podcasts*;

Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular);

Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; *softwares* educacionais.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios:

Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00);

Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);

Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);

Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, Maria Margarida. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação: referências e elaboração. Rio de Janeiro, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6024: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento: apresentação. Rio de Janeiro, 2012a.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6027: informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro, 2012b.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6028: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6034: informação e documentação: índice: apresentação. Rio de Janeiro, 2004a.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 12225: informação e documentação: Lombada: apresentação. Rio de Janeiro, 2004b.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011b.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15287: informação e documentação: projeto de pesquisa: apresentação. Rio de Janeiro, 2011a.

BEUREN, I. S. Como elaborar trabalhos monográficos: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FREIRE, Cylviane M. C. de B. P.; NOTTINGHAM, Andrea De Boni. Desafios para elaboração de trabalhos jurídicos de cunho científico frente às inovações tecnológicas da contemporaneidade In: V Encontro Internacional do CONPEDI Montevideu - Uruguai - Direito, Educação, Epistemologias, Metodologias do Conhecimento e Pesquisa Jurídica II. Florianópolis: CONPEDI, 2016, p. 112-130. Disponível em: <http://conpedi.danilolr.info/publicacoes/9105o6b2/2p3rm1wq/3N77613yB90ac0Rn.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2022.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento. São Paulo: Hucitec, 1993.

OLIVEIRA NETTO, A. A. Metodologia da pesquisa científica: guia prático para apresentação de trabalhos acadêmicos. 3. ed. Florianópolis, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DEMO, Pedro. Introdução à metodologia da ciência. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

DESLANDES, Suely Ferreira. A construção do projeto de pesquisa. In: MINAYO, Maria Cecília de Sousa (coord.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

FRANÇA, Júnia Lessa *et al.* Manual para normalização de publicações técnico-científicas. 6. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

REIS, A. B. Metodologia científica em perícia criminal. 3. ed. São Paulo: Millennium, 2016.

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E EQUIDADE RACIAL NA ATUAÇÃO POLICIAL	
Disciplina	Gênero, Raça e Interseccionalidade nas Dinâmicas Sociais
Carga horária	20 h/a
Nome e titulação do docente	Prof Dra Silvia Maria Vieira dos Santos
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	2024
Lattes	http://lattes.cnpq.br/1916211110363636
EMENTA	
Noção de interseccionalidade a partir da relação entre os marcadores sociais da diferença, tais como gênero, classe, raça/etnia, sexualidade, problematizando como estes operam na produção das desigualdades sociais dentro da sociedade.	
OBJETIVOS	
GERAL: - Compreender a discussão histórica e teórica sobre a abordagem da interseccional de gênero e raça, suas contribuições, as disputas e reflexões críticas situadas nesse campo. ESPECÍFICOS: Analisar as relações entre corpo, poder e identidade a partir das discussões teóricas sobre raça, gênero e sexualidade na contemporaneidade Problematizar as especificidades relativas as formas de opressão a partir dos marcadores sociais da diferença, tais como gênero e raça e suas articulações. Entender os impactos das desigualdades sociais generificadas e racializadas bem como os discursos racistas, antigênero e de ódio.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
UNIDADE I Colonialidade do Poder e de Gênero Interseccionalidades: Metodologias Possíveis Racismo e Sexismo na Sociedade Brasileira UNIDADE II Corpo, poder e identidade Hipersexualização do corpo negro: imaginário e estereótipos UNIDADE III Feminismos negros	
PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS	
Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de <i>slides</i>, vídeos, <i>podcasts</i> e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/<i>data show</i>, caixa de som e outras ferramentas digitais; Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular); Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes. Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes; Estudo de casos e resolução de problemas; Aulas práticas com a participação ativa dos discentes; Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.	
RECURSOS DIDÁTICOS	
Quadro branco, pincel, lousa digital; Recursos interativos multimídia (projetor de imagens/<i>data show</i>, caixa de som) para a apresentação de <i>slides</i>, vídeos, <i>podcasts</i>; Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular); Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; <i>softwares</i> educacionais.	

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios:

Participação e debate durante as aulas

Trabalho escrito individual, que apresente as relações entre a bibliografia discutida na disciplina e a pesquisa da/o discente em curso na pós-graduação

Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento . Estudos Avançados, 17(49), 117-133, 2003. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/994>

hooks, bell. Sexismo e a experiência das mulheres negras escravas, Racismo e feminismo: a questão da responsabilidade. In: E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019

VIANNA, Adriana & CARRARA, Sergio. Sexual Politics and Sexual Rights in VIANNA, Cláudia, & Bortolini, Alexandre. Discurso antigênero e agendas feministas e LGBT nos planos estaduais de educação: tensões e disputas. Educação E Pesquisa, 46, 2020, p. 1-25. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202046221756>

AKOTIRENE, Carla. O que é Interseccionalidade? Coleção Feminismos Plurais. Editora Letramento, 2018.

ANZALDÚA, Glória. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. Estudos feministas, Florianópolis. v. 08, n. 01, p. 229-236. 2000. disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880/9106>

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Anibal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar: 2020. p. 52-83. <https://cpdel.ifcs.ufrj.br/wp-content/uploads/2020/10/Maria-Lugones-Colonialidade-e-genero.pdf>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BENTO, Cida. O Pacto da Branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: Revista Estudos Feministas.vol 10, nº 1,Jan 2002.p.171-188

DAVIS, Angela. Mulheres, Raça e Classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

GONZALEZ, Lélia. "Racismo e sexismo na cultura brasileira". In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

SEGATO, Rita. Crítica da Colonialidade em Oito Ensaio e Uma Antropologia por Demanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E EQUIDADE RACIAL NA ATUAÇÃO POLICIAL	
Disciplina	Ações Afirmativas e Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial
Carga horária	20 h/a
Nome e titulação do docente	Profa. Dra. Dávila Maria Feitosa da Silva
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	2024
Lattes	http://lattes.cnpq.br/1916211110363636
EMENTA	
Aspectos históricos e conceitos básicos sobre o racismo e desigualdades raciais. Análise e formulação das políticas públicas no Brasil. Ações afirmativas: história, conceito e definição. Políticas públicas e justiça social.	
OBJETIVOS	
GERAL: Identificar os desafios e possibilidades para o enfrentamento ao racismo e para a produção de ações afirmativas e demais políticas de promoção da igualdade racial. ESPECÍFICOS: Conhecer políticas, programas, projetos e ações bem-sucedidas no que tange ações antirracistas; Desenvolver consciência quanto aos aspectos históricos ocidental do racismo e desigualdades raciais, especificamente, ao modo como se desenvolveu no Brasil; Identificar problemas de interesse público relacionados com políticas de igualdade racial; Identificar os marcos legais e regulatórios que dão sustentação à política de igualdade racial dando ênfase as Ações Afirmativas.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
UNIDADE I Aspectos históricos e conceituais sobre o racismo; Movimento negro no Brasil; Mito da democracia racial Ações afirmativas: conceitos e definições; UNIDADE II Políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil; Justiça social. UNIDADE III Cotas raciais e o processo de heteroidentificação	
PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS	
Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de <i>slides</i>, vídeos, <i>podcasts</i> e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/<i>data show</i>, caixa de som e outras ferramentas digitais; Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular); Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes. Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes; Estudo de casos e resolução de problemas; Aulas práticas com a participação ativa dos discentes; Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.	
RECURSOS DIDÁTICOS	
Quadro branco, pincel, lousa digital; Recursos interativos multimídia (projetor de imagens/<i>data show</i>, caixa de som) para a apresentação de <i>slides</i>, vídeos, <i>podcasts</i>; Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular); Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; <i>softwares</i> educacionais.	

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios:

Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00);

Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);

Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);

Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm Acesso em: 11 nov. 2021.
» http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm

DOMINGUES, P. Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 29 p. 164-176, 2005. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782005000200013>
» <https://doi.org/10.1590/S1413-24782005000200013>

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007. <https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>

» <https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>

GOMES, N. L. **O movimento negro educador**: Saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

SILVÉRIO, V. R. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 117, p. 219-246, 2002. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000300012>

» <https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000300012>

Zeifert, Anna Paula Bagett; Berton, Daiane Calione. As Desigualdades Histórico-Estruturais Nas Sociedades Latino Americanas e As Políticas Sociais De Promoção Da Igualdade. **Quaestio Iuris**. vol.14,nº.02,RiodeJaneiro,2021.pp.857-881DOI:10.12957/rqi.2021.53494

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Vaz, Lívia Sant'Anna. **Cotas raciais**. São Paulo: Jandaíra, 2022. (Coleção Feminismos plurais)

COSTA, António Firmino da. **Desigualdades sociais contemporâneas**. Lisboa: Editora Mundos Sociais. 2013.

Jaccoud, Luciana. "O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial". In: Theodoro, Mario (org.). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. Brasília, Ipea, 2008, pp.131-75.

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E EQUIDADE RACIAL NA ATUAÇÃO POLICIAL	
Disciplina	Diversidade Cultural e Religiosa
Carga horária	20 h/a
Nome e titulação do docente	Profa. Dra. Dávila Maria Feitosa da Silva
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	2024
Lattes	http://lattes.cnpq.br/1916211110363636
EMENTA	
Abordar a Identidade como construção histórica a partir de diferentes concepções de identidade e cultura (s). Discutir conceitos religiosos em diversas épocas e espaços, a fim de possibilitar o entendimento dos alunos acerca da multiplicidade e importância das questões de cunho religioso na estruturação das sociedades.	
OBJETIVOS	
GERAL: Analisar o processo de construção histórica e as diferentes concepções de identidade e cultura, enfocando a diversidade cultural e religiosa. ESPECÍFICOS: - Propiciar a percepção da complexidade de outras formações culturais; - Discutir as pesquisas e o ensino de História das religiões a partir da diversidade cultural brasileira. - Refletir sobre a construção do conhecimento sob ótica da diversidade.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
UNIDADE I Identidade cultural; A criação política e cultural da exclusão e a desigualdade; UNIDADE II As diversidades étnico-religiosas e culturais no Brasil UNIDADE III Políticas Públicas em defesa da pluralidade cultural.	
PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS	
Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de <i>slides</i>, vídeos, <i>podcasts</i> e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/<i>data show</i>, caixa de som e outras ferramentas digitais; Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular); Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes. Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes; Estudo de casos e resolução de problemas; Aulas práticas com a participação ativa dos discentes; Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.	
RECURSOS DIDÁTICOS	
Quadro branco, pincel, lousa digital; Recursos interativos multimídia (projetor de imagens/<i>data show</i>, caixa de som) para a apresentação de <i>slides</i>, vídeos, <i>podcasts</i>; Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular); Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; <i>softwares</i> educacionais.	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios: Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00); Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);	

Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);

Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Alves, Rubem. O que é religião. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Ferraz, Carolina V.; Leite, Glauber S. Direito à Diversidade. Grupo GEN, 2015. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522496532>

Hall, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 8 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

Sodré, Muniz. O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira. Mauad, 2019.

Segato, Rita Laura. Formações de diversidade: nação e opções religiosas no contexto da globalização. In: ORO, Ari P; STEIL, Carlos Alberto (Orgs.) Globalização e religião. Petrópolis: Editora Vozes, 1999, p. 219-248.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica.

Carneiro, Édison. 1978. Candomblés da Bahia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira

Prandi, Reginal. A mitologia dos orixás. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000.

Ratts, Alecsandro J. P. Trajetórias intelectuais e territorialidades negras. Projeto de pesquisa. Goiânia, LaGENTE/IESA/UFG, 2008 (mimeo).

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E EQUIDADE RACIAL NA ATUAÇÃO POLICIAL	
Disciplina	O Susp e o Enfrentamento à Desigualdade Racial no Brasil
Carga horária	30 h/a
Nome e titulação do docente	Prof. Dr. Anderson Duarte Barboza
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	2024
Lattes	http://lattes.cnpq.br/8661958923950364
EMENTA	
Políticas Públicas Baseadas em Evidências. Paradigmas da Gestão Pública. Gestão Pública para Resultados. Cadeia de Valor para Resultados. Instrumentos de Planejamento Público. Monitoramento e Avaliação. Experiências Nacionais e Internacionais de Gestão para Resultados. Modelo de Gestão para Resultados do Ceará. Experiências Nacionais de Gestão para Resultados na Segurança Pública.	
OBJETIVOS	
GERAL: Compreender, reconhecer e aplicar os princípios, as diretrizes e as dimensões da Gestão para Resultados nos Órgãos de Segurança Pública. ESPECÍFICOS: Compreender os Princípios, as Diretrizes e as Dimensões da Nova Gestão Pública Compreender o Ciclo da Gestão Estratégica no Serviço Público. Compreender o Modelo de Gestão para Resultados do Ceará. Utilizar técnicas e procedimentos para elaboração e análise de indicadores associados aos objetivos da Política da Segurança Pública e aos resultados estratégicos da gestão. Formular a Cadeia de Valor para Resultados da área de atuação.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
UNIDADE I Política e Políticas Públicas Baseada em Evidências; Nova Gestão Pública (Princípios e Diretrizes); Gestão para Resultados - Modelos Internacionais e Nacionais; Gestão para Resultados no Ceará. UNIDADE II Cadeia de Valor para Resultados; Indicadores e Metas; Instrumentos de Planejamento Público; Monitoramento e Avaliação. UNIDADE III Gestão para Resultados na Segurança Pública. UNIDADE IV Desenho constitucional da segurança pública Órgãos e atribuições Garantia de direitos fundamentais Abordagem constitucional	
PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS	
Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de <i>slides</i>, vídeos, <i>podcasts</i> e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/<i>data show</i>, caixa de som e outras ferramentas digitais; Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular); Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes. Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes; Estudo de casos e resolução de problemas; Aulas práticas com a participação ativa dos discentes; Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.	

RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco, pincel, lousa digital;
Recursos interativos multimídia (projektor de imagens/data show, caixa de som) para a apresentação de *slides*, vídeos, *podcasts*;
Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular);
Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; *softwares* educacionais.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios:

Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00);

Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);

Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);

Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI. Indicadores de programas: Guia Metodológico. Brasília : MP, 2010.

CERQUEIRA, Daniel. BUENO, Samira (Coord.). Atlas da Violência. IPEA, 2020.

JANNUZZI, Paulo de M. A Importância dos Indicadores na Elaboração de Diagnósticos para o Planejamento no Setor Público. Segurança, Justiça e Cidadania: Pesquisas Aplicadas à Segurança Pública, 2011.

PINHEIRO, Maurício M. S. Políticas Públicas Baseadas em Evidências (PPBEs): delimitando o problema conceitual, 2020.

SHIKIDA, Cláudio D.; MONASTERIO, Leonardo; NERY, Pedro Fernando. Guia brasileiro de análise de dados: armadilhas & soluções. Brasília: Enap, 2021.

VIEIRA, Renato; PROTÁSIO, Gilberto Protásio. Gestão para Resultados na Segurança Pública em Minas Gerais: uma análise sobre o uso de indicadores na gestão da Polícia Militar e no Sistema de Defesa Social. Revista Brasileira de Segurança Pública. São Paulo Ano 5, Edição 8 Feb/Mar 2011

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BANCO MUNDIAL. Brasil: Estratégias de Redução da Pobreza no Ceará. O Desafio da Modernização Incluyente. Documento do Banco Mundial. Departamento do Brasil. Região da América Latina e Caribe. Abril, 2003.

BECHELAINE, Cinthia Helena de Oliveira; SILVEIRA, Mauro César da Silveira; NEVES, Camila Barbosa Neves. O modelo de gestão pública por resultados em Minas Gerais analisado à luz da experiência do Programa Estado para Resultados. Revista do Serviço Público. Brasília 63 (4): 455-473 out/dez 2012.

GOMES. Douglas Willyam Rodrigues; FROTA, Francisco Horacio da Silva. Gestão Pública por Resultados: uma análise crítica do Projeto de Reestruturação da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza. Conhecer: debate entre o público e o privado. v. 5, nº 15. 2015

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E EQUIDADE RACIAL NA ATUAÇÃO POLICIAL	
Disciplina	Abordagem Policial e Proteção de Grupos Vulneráveis
Carga horária	20 h/a
Nome e titulação do docente	PROF ME Ledervan Vieira Cazé
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	2024
Lattes	http://lattes.cnpq.br/8635997071482704
EMENTA	
Reflexão dos sentidos jurídicos, profissionais e sociais da abordagem policial. Abordagem policial, autoritarismo e violências institucional, estrutural e simbólica. Pressupostos sociopolíticos da atuação prática da polícia frente às minorias sociais (Negros, Mulheres, Comunidade LGBTQIAPN+, Jovens (crianças e adolescentes), PCDs, Idosos, Pessoas em situação de rua, etc.). Noções conceituais de segurança pública, Polícia e policiamento (ostensivo/preventivo). Sujeição criminal, estigmas sociais (teoria da rotulação) e a lógica da vigilância seletiva. Biopolítica, Necropolítica e Racismo Estrutural	
OBJETIVOS	
GERAL: - A disciplina “Metodologias de abordagem policial e proteção de grupos vulneráveis” tem por objetivo promover uma mudança na dimensão cultural e organizacional da polícia, propor importantes discursões sociais dentro do discurso policial e formar o profissional da segurança pública para uma atuação mais humana, respeitosa e antirracista sob o prisma da proteção social. ESPECÍFICOS: • Compreender os princípios jurídicos da abordagem policial e seus distintos sentidos e dimensões sociais, políticas e culturais. • Analisar e refletir o campo social da segurança pública, suas categorias nativas e a efetividade real e aparente do trabalho policial. • Pensar diferentes lógicas policiais e as práticas de abordagem nos distintos modelos de policiamento, dentro da lógica da Defesa Social. • Debater e refletir as interações entre a polícia e a pluralidade social. • Debater e refletir a atuação do operador de segurança pública frente aos grupos vulneráveis.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
UNIDADE I - Legislação e protocolos profissionais da abordagem policial (policiamento ostensivo, preventivo e investigativo) - A dimensão social da abordagem policial, Biopolítica e a cultura do autoritarismo na segurança pública. UNIDADE II - Os números da desigualdade social no Brasil (2023 / 2024). - A abordagem policial no contexto da pluralidade social, da “vigilância seletiva” e da violência estrutural (Necropolítica). - A atividade de segurança pública e as relações de conflito e poder na sociedade. - O ciclo da violência, a lógica punitivista e o processo de sujeição criminal (moralidades marginais e rotulação social). - Minorias e Grupos Vulneráveis em espécie. - Noções Gerais de segurança pública, Identidade do profissional de segurança e as três dimensões da Polícia (institucional, profissional e cultural). - A cultura da cidadania profissional no contexto do antiautoritarismo. UNIDADE III - Análise empírica de alguns casos reais de abordagem policial.	
PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS	
Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de <i>slides</i>, vídeos, <i>podcasts</i> e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/<i>data show</i>, caixa de som e outras ferramentas digitais; Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular); Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes. Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes; Estudo de casos e resolução de problemas;	

RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco, pincel, lousa digital;
Recursos interativos multimídia (projektor de imagens/data show, caixa de som) para a apresentação de *slides*, vídeos, *podcasts*;
Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular);
Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; *softwares* educacionais.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir de avaliação formativa, tomando como referência a participação ativa do discente nos debates e discussões em sala de aula, bem como por meio de produção textual, de caráter dissertativo e com temática vinculada aos assuntos debatidos na disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CERQUEIRA, Daniel. IPEA. Atlas da Violência 2024 / Daniel Cerqueira [et al], — São Paulo: FBSP, 2024.
CHWAECZ, Lilia. Sobre o autoritarismo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
FERREIRA, F. F.; GOIS, E. S. Racismo estrutural e seus impactos no sistema de segurança pública no Brasil. Revista Direito. UNB / setembro-dezembro, 2021, v. 05, n. 03 / ISSN 2357- 8009 / pp. 53-73
FOUCAULT, M. A Arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense, 2005.
FOUCAULT, M. Vigiar e Punir: história da violência nas prisões. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.
MISSE, Michel. "Crime, sujeito e sujeição criminal: Aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria bandido. Lua Nova, n. 79, pp. 15-38, 2010.
SÁ, Leonardo Damasceno de; SANTIAGO NETO, João Pedro de. Entre tapas e chutes: um estudo antropológico do baculejo como exercício de poder policial no cotidiano da cidade. O público e o privado, Fortaleza, n.18, p. 147-163, jul./dez. 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.
HOBBSBAWN, Eric J. Era dos extremos: o breve século XX. 1914-1991. São Paulo: companhia das Letras, 1996.
MBEMBE, Achille. Necropolítica. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2022. 80p.
SUTHERLAND, Edwin Hardin. White-collar criminality. American Sociological Review. Indiana, v. 5, n. 1, p. 1- 12, feb. 1940.
CAZÉ, Ledervan Vieira. A heterogeneidade da condição policial: uma análise de experiências, vivências e distintas percepções do "ser agente da lei". Rio de Janeiro: Autografia, 2021.

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E EQUIDADE RACIAL NA ATUAÇÃO POLICIAL	
Disciplina	Atuação dos Profissionais de Segurança Pública no combate ao Racismo Homotransfóbico
Carga horária	12 h/a
Nome e titulação do docente	Profº Ms. Josivan Alves Ribeiro
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	2024
Lattes	http://lattes.cnpq.br/5683620826733719
EMENTA	
No atual contexto de segurança pública torna-se cada vez mais salutar a compreensão dos direitos humanos aplicados aos grupos vulneráveis, em especial ao grupo LGBTQIAPN+ (Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais e não-binários e mais). Diante desse cenário, a educação em/para Direitos Humanos surge como perspectiva para a melhor compreensão dessa problemática social. Como forma de possibilitar a aquisição desse conhecimento propõe-se através dessa disciplina a formação continuada para os profissionais de segurança pública voltada para o combate ao racismo homotransfóbico, visando ao correto tratamento a esse público, seja como vítima ou como infrator.	
OBJETIVOS	
GERAL: Proporcionar ao profissional de Segurança Pública uma visão geral do contexto histórico do grupo LGBTQIA+, sua luta por direitos durante a história da humanidade e o reconhecimento e consciência de tais direitos na sociedade atual.	
ESPECÍFICOS: Desenvolver nos profissionais de Segurança Pública a consciência de que são responsáveis pela garantia e manutenção dos direitos dos LGBTQIA+ e sua atuação deve se pautar na legalidade e observância desses direitos; Desenvolver o comportamento correto do Profissional de segurança pública no atendimento a esse grupo.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
UNIDADE I – NOÇÕES BÁSICAS - A sigla LGBTQIA+: significados e usos; - Identidade de gênero; - Intersexualidade; - Orientação ou condição afetiva, emocional e/ou sexual; - A criminalização da LGBTfobia no Brasil. UNIDADE II - PROCEDIMENTOS DE POLÍCIA VOLTADOS ÀS PESSOAS LGBTQIA+ - Conceitos fundamentais: abordagem, busca pessoal e prisão; - Procedimentos policiais específicos em relação às pessoas LGBTQIA+; - Abordagem e busca pessoal em pessoas LGBTQIA+; - Formas de tratamento pessoal; - A conduta do(a) policial diante da apresentação da documentação pela pessoa transgênero e o tratamento utilizando o nome social. UNIDADE III – ASPECTOS JURÍDICOS E HISTÓRICOS DA HOMOFOBIA - Homofobia e suas implicações legais (Lei nº 7.716/1989); - Interdição da homossexualidade ao longo da história.	
PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS	
Aula expositivo-dialogada, desenvolvida com o auxílio de <i>slides</i>, vídeos, e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/<i>data show</i>, caixa de som e outras ferramentas digitais; Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debate cruzado.	
RECURSOS DIDÁTICOS	
Quadro branco, pincel, lousa digital; Recursos interativos multimídia (projetor de imagens/<i>data show</i>, caixa de som) para a apresentação de <i>slides</i>, vídeos.	

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação terá o caráter de acompanhamento do desenvolvimento do(a) estudante em relação aos estudos realizados procurando identificar possíveis dificuldades de aprendizagem para buscar solucioná-las no decorrer do processo. Serão utilizados instrumentos como estudos dirigidos, resolução de questões, produção de textos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, N. H. P. Coturno rosa e ordem unida? Uma análise da homofobia entre policiais militares na Paraíba. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos). Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas – UFPB, João Pessoa – PB, 2017, 118 f.

ANTUNES, P. P. S. Homofobia internalizada: o preconceito do homossexual contra si mesmo. 1ª. ed. São Paulo: Annablume, 2017.

FRANÇA, F. G. D. "Hierarquia e invisibilidade: preconceito e homofobia na formação policial militar. Revista Brasileira de Segurança Pública, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 154-170, Agosto/Setembro 2016.

FURLANI, J. Encarar o desafio da Educação Sexual na escola. In: Sexualidade. Governo do Estado do Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento da Diversidade. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. Curitiba, Paraná: SEED – PR., 2009. - 216 p.

MELLO, L. BRAZ, C.. Entre o desmonte e a resistência: reflexões críticas sobre cidadania, direitos humanos e políticas públicas para a população LGBTT no Brasil contemporâneo. In: Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo. Regina Facchini e Isadora Lins França (orgs.) Campinas, SP: Editora da Unicamp, 202

PRADO, M. A. M.; MACHADO, F. V. Preconceito contra homossexualidades: A hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

RIBEIRO, Josivan Alves. Homofobia internalizada e cultura militarista: a dualidade entre existência e repressão da sexualidade. Orientador: José Gerardo Vasconcelos. 2023. 72 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023.

YAGO, D. F. Os estudos *queer*: história, potencialidades e limites. In: GARCIA, C.C (Org.). O rosa, o azul e as mil cores do arco-íris: gêneros, corpos e sexualidades na formação docente. Organizadora Carla Cristina Garcia. 1ª Edição - São Paulo: Annablume, 2017.

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E EQUIDADE RACIAL NA ATUAÇÃO POLICIAL	
Disciplina	Práticas Restaurativas E Justiça Social
Carga horária	30 h/a
Nome e titulação do docente	Profa. Ma. Érica Regina Albuquerque de Castro Brilhante Farias
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	2024
Lattes	http://lattes.cnpq.br/5291647121240981
EMENTA	
Justiça Restaurativa e Justiça Criminal. Justiça, punição e responsabilização. Paradigmas da Responsabilização e retribuição para a resolução do conflito criminal. Práticas Restaurativas. Enfoque restaurativo. As práticas restaurativas na área da segurança pública.	
OBJETIVOS	
GERAL: Compreender, reconhecer e aplicar os princípios, as diretrizes e as dimensões da Justiça Restaurativa nos Órgãos de Segurança Pública. ESPECÍFICOS: Oferecer aportes teóricos e práticos para profissionais da segurança pública, visando a reflexão, implementação e difusão do enfoque restaurativo em suas atuações profissionais, em situações de conflitos e violências. Fornecer subsídios básicos sobre a Justiça Restaurativa. Compreender os Princípios, as Diretrizes e as Dimensões da Justiça Restaurativa para a cultura de paz. Fortalecer o Sistema de Segurança Pública do Estado do Ceará, por meio do uso de princípios, procedimentos e técnicas da Justiça Restaurativa.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
Justiça: Justiça, punição e responsabilização. Justiça Restaurativa. Justiça Criminal. Justiça Racial. Paradigmas da Responsabilização e da retribuição para a resolução do conflito criminal. Teoria do Conflito: Espiral do conflito e a Janela da disciplina social. Introdução à Justiça Restaurativa: Conceito, histórico, fundamentação teórica, âmbitos da aplicação, pilares da Justiça Restaurativa. Introdução às Práticas Restaurativas: metodologias implementadas no Brasil. Enfoque Restaurativo e Prática Restaurativa: diferentes usos da Justiça Restaurativa. As práticas restaurativas na área da segurança pública. Elementos da Justiça Restaurativa: autor, vítima, comunidade, reparação do dano, responsabilização. Teoria das Janelas da Disciplina Social. Vivência de Círculo de Construção de Paz.	
PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS	
Aulas expositivas, dialogadas, reflexivas e dinâmicas buscando sempre integrar teoria e prática, desenvolvidas com o auxílio de <i>slides</i>, vídeos e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/<i>data show</i>, caixa de som e outras ferramentas digitais; Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes. Estudo de casos em justiça restaurativa com debates grupais; Aulas práticas com a participação ativa dos discentes; Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.	
RECURSOS DIDÁTICOS	
Recursos interativos multimídia (projetor de imagens/<i>data show</i>, caixa de som) para a apresentação de <i>slides</i>, vídeos; Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular); - 20 Cartolinas; - 2 caixas de pincel atômico; - 05 caixas de canetinha; - 100 tarjetas; - 1 rolo de lã; - 40 canetas esferográficas; - 40 crachás;	

- 1 caixa de clip;
- Data show;
- Slides do Curso;
- 40 cópias do texto sobre responsabilização (Kay Pranis).

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios:

Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00);

Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);

Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);

Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução nº 225, de 31 de maio de 2016. Dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.. **Resolução 225 CNJ**. Brasília, DF, Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=2289>>.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição, de 1988. **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>.

BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (sinase). Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm>.

DAVIS, Fania E. *Raça e Justiça Restaurativa: vidas negras, cura e transformação social nos EUA*. São Paulo: Palas Athena, 2022.

ELLIOTT, Elizabeth M. *Segurança e cuidado: justiça restaurativa e sociedades saudáveis*. São Paulo: Palas Athenas; Brasília: ABRAMINJ, 2018.

PRANIS, Kay; WATSON, Carolyn Boyes. *No coração da esperança: Guia de práticas circulares*. Porto Alegre: AJURIS RS, 2011.

ZEHR, Howard. *Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça - justiça restaurativa*. São Paulo: Palas Athena, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRANCHER, Leoberto. Prefácio. In: ZEHR, Howard. *Justiça Restaurativa*. São Paulo: Palas Athenas, 2012. (Da reflexão à ação). Tradução Tônia Van Acker.

JUÍZO. Direção de Maria Augusta Ramos. Produção de Diler Trindade. Rio de Janeiro: Diler & Associados e Nofoco Filmes, 2007. (90 min.), P&B. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HfMcMlp_7Ao>.

NEVES, Natália de Souza. *A Justiça Restaurativa sob a perspectiva da Resolução da ONU n. 12/2002*. Disponível em <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=6e616e79d491ba42>>

O CONTADOR de histórias. Direção de Luiz Villaça. Minas Gerais: Ramalho Filmes e Nia Filmes, 2009. (110 min.), P&B.

PINTO, Renato Sócrates Gomes. *A Construção da Justiça Restaurativa no Brasil* (2006). Disponível em <https://jus.com.br/artigos/9878/a-construcao-da-justica-restaurativa-no-brasil/1>

SPOSATO, Karyna Batista; NETO, Vilobaldo. *JUSTIÇA RESTAURATIVA E A SOLUÇÃO DE CONFLITOS NA CONTEMPORANEIDADE*. Disponível em <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=a22ede5d703532f2>.

ZEHR, Howard. *Justiça Restaurativa*. São Paulo: Palas Athenas, 2012. 88 p. (Da reflexão à ação). Tradução Tônia Van Acker.

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E EQUIDADE RACIAL NA ATUAÇÃO POLICIAL	
Disciplina	Racismo Ambiental e Equidade racial: Implicações para a Atuação Policial
Carga horária	30 h/a
Nome e titulação do docente	Prof. Esp. Paulo Ramon Rodrigues Tavares
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	2024
Lattes	http://lattes.cnpq.br/3002252713831436
EMENTA	
INTRODUÇÃO AO RACISMO AMBIENTAL E EQUIDADE RACIAL, IMPACTOS AMBIENTAIS DESIGUAIS E COMUNIDADES MARGINALIZADAS, LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO AMBIENTAL E RACIAL E DESAFIOS NA ATUAÇÃO POLICIAL E ESTRATÉGIAS PARA A INCLUSÃO.	
OBJETIVOS	
GERAL: Capacitar os participantes para compreender e analisar as interseções entre racismo ambiental e equidade racial, e suas implicações na atuação policial. A disciplina visa desenvolver habilidades para identificar e abordar desigualdades ambientais e raciais de maneira que promova práticas policiais mais justas, inclusivas e eficazes. ESPECÍFICOS: - Compreender os Conceitos Fundamentais; - Definir e contextualizar os conceitos de racismo ambiental e equidade racial; - Explorar a relação entre esses conceitos e as práticas policiais; - Analisar os Impactos Ambientais Desiguais; - Identificar e compreender como os impactos ambientais desiguais afetam comunidades racialmente marginalizadas; - Estudar casos de comunidades afetadas e os efeitos desses impactos na segurança e bem-estar comunitário; - Avaliar as leis e políticas públicas relacionadas à justiça ambiental e equidade racial, analisando como essas políticas influenciam a atuação policial e as práticas de segurança pública; - Analisar o papel dos movimentos sociais na luta pela justiça ambiental e racial e compreender como o ativismo e as ações comunitárias podem influenciar as políticas e práticas policiais. - Discutir e propor soluções para melhorar a equidade racial e a justiça ambiental na atuação policial.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
UNIDADE I - INTRODUÇÃO AO RACISMO AMBIENTAL E EQUIDADE RACIAL 1. Definição e histórico de racismo ambiental e equidade racial; 2. Conceitos fundamentais e sua relevância para a atuação policial; 3. Racismo estrutural. 4. Histórico da luta por equidade racial e justiça ambiental. UNIDADE II – IMPACTOS AMBIENTAIS DESIGUAIS E COMUNIDADES MARGINALIZADAS 1. Análise dos impactos ambientais desiguais sobre diferentes grupos raciais; 2. Casos de estudo de comunidades afetadas por poluição e degradação ambiental; 3. Discussão do texto: Racismo Ambiental no Brasil: Uma Perspectiva Crítica. UNIDADE III – LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO AMBIENTAL E RACIAL 1. Revisão de leis e políticas públicas relacionadas à justiça ambiental e equidade racial; 2. Impactos dessas políticas na segurança pública e práticas policiais; UNIDADE IV – DESAFIOS NA ATUAÇÃO POLICIAL E ESTRATÉGIAS PARA A INCLUSÃO 1. Desenvolvimento de estratégias e práticas para uma atuação policial mais inclusiva; 2. Movimentos Sociais e Ações Comunitárias; 3. Elaboração de propostas para melhorar a equidade racial e a justiça ambiental na atuação policial. 4. Projeto de intervenção.	
PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS	
Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de <i>slides</i>, vídeos, <i>podcasts</i> e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/<i>data show</i>, caixa de som e outras ferramentas digitais; Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular);	

Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.
 Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes;
 Estudo de casos e resolução de problemas;
 Aulas práticas com a participação ativa dos discentes;
 Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.

RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco, pincel, lousa digital;
 Recursos interativos multimídia (projetor de imagens/data show, caixa de som) para a apresentação de *slides*, vídeos, *podcasts*;
 Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular);
 Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; *softwares* educacionais.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios:
 Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00);
 Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);
 Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);
 Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Silvio de. Racismo estrutural. São Paulo: Jandaíra, 2019.
 BENTO, Cida. O Pacto da branquitude. São Paulo, Cia das Letras, 2022.
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Política Nacional do Meio Ambiente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm.
BRASIL. Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989. Lei de Crimes Ambientais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7735.htm.
BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm.
BRASIL. Lei nº 13.797, de 3 de janeiro de 2019. Lei de Licenciamento Ambiental. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l13797.htm.
BRASIL. Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021. Lei de Proteção e Defesa dos Manguezais e Restingas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l14119.htm.
BRASIL. Resolução CONAMA nº 1, de 23 de janeiro de 1986. Define a Política Nacional de Meio Ambiente e regulamenta o licenciamento ambiental. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legislacao.html>.
BRASIL. Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997. Estabelece normas para o licenciamento ambiental e suas categorias. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legislacao.html>.
BRASIL. Resolução CONAMA nº 369, de 28 de março de 2006. Define as diretrizes para a gestão integrada dos resíduos sólidos. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legislacao.html>.
 BRETAS, Marcos L. ROSEMBERGUE, André. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. Topoi, v. 14, n. 26, jan/jul 2013, p.162-173
 CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.
 CARULA, Karoline. Darwinismo, raça e gênero: Projetos modernizadores de nação em conferências e cursos políticos (1870-1889). Campinas: Editora da Unicamp, 2016.
 CHALHOUB, Sidney. A força da escravidão: Ilegalidade e costumes no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
 DA CRUZ, Marcio Antonio; PLYRO, Simone C. (2017). A fundada suspeita e a abordagem policial militar. Confluências | Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito, 19 (1), 64-81. Disponível em: <<<https://doi.org/10.22409/conflu19i1.p484>>>
 FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Brasília: Brado Negro, 2017.

_____; pires, Thula Rafaela de Oliveira. "Supremo Tribunal Federal e a naturalização da barbárie". Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 1211-1237, 2020.

HASENBALG, Carlos A. "Entre o mito e os fatos: Racismo e relações raciais no Brasil". In: maio, Marcos Chor; santos, Ricardo Ventura (org.). Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro: Fiocruz; Centro Cultural Banco do Brasil, 1996. pp. 235-49.

IPEA. A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos / organizadora: Luciana Jaccoud. - Brasília: 2009.

MARTINS, Gisele. *Justiça Ambiental e Racismo: Uma Análise Crítica*. Editora Justiça Social, 2022.

MOURA, Clóvis. *Dialética Radical do Brasil Negro*. São Paulo: Editora Anita, 1994.

OLIVEIRA, Érika. *Desigualdades Ambientais e Raciais: Estudos de Caso no Brasil*. Universidade Federal de Minas Gerais, 2021.

SANTOS, Roberta. *Políticas Públicas e Racismo Ambiental: Um Estudo Comparativo*. Instituto de Estudos Sociais e Econômicos, 2019.

SILVA, Karine. *Racismo Ambiental no Brasil: Uma Perspectiva Crítica*. Revista Brasileira de Política Ambiental, 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário. Cor e raça na sociedade brasileira*. São Paulo, Claro Enigma, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

MILLS, Charles W. *The Racial Contract*. Ithaca; Londres: Cornell University Press, 1997.

MINAYO, M.C. SOUZA, E.R. CONSTANTINO, P. (Coord). *Formação social da Polícia Militar do Rio de Janeiro*. In: Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro (on line). Rio de Janeiro, Editora FIOCRUZ, 2008, pp. 41-65

OLIVEIRA, Dennis de. *Racismo estrutural: Uma perspectiva histórico-crítica*. São Paulo: Dandara, 2021.

PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PATTERSON, Orlando. *Escravidão e morte social: Um estudo comparativo*. São Paulo: Edusp, 2008.

QUEIROZ, Marcos. *Constitucionalismo brasileiro e o Atlântico negro: A experiência constituinte de 1823 diante da Revolução Haitiana*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

RAUTER, C. *Criminologia e subjetividade no Brasil*. Instituto Carioca de Criminologia, 2003.

REGINALDO, Lucilene. "‘Não tem informação’: Mulatos, pardos e pretos na Universidade de Coimbra (1700-1771)". *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 44, n. 3, 2018, pp. 421-34

REIS, João José. gomes, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

RODRIGUES, R. N. (1957). *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil*. Salvador: Livraria Progresso.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. *História da África e do Brasil Afrodescendente*. Rio de Janeiro, Editora Pallas, 2017.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. *O Racismo Brasileiro. A história da formação do país*. São Paulo, Todavia, 2022.

SANTOS, Ynaê Lopes dos; MONTEIRO E VIEIRA, Thales; SANTOS SEGUNDO, Jalba Santiago. *Curso: Susp e o Enfrentamento da Desigualdade Racial no Brasil*. Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. Brasília: Diretoria de Ensino e Pesquisa da SENASP/MJ, 2023. 117 p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro 1850-1890*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.

SOUZA, Jessé. *Como o racismo criou o Brasil*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

TEIXEIRA, Bruna P. *Polícia(s) na província de São Paulo: a Guarda Municipal Permanente e as Guardas Policiais (1834-1850)*. Guarulhos, Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós Graduação em História da EFLCH UNIFESP, 2019.

BASTOS, Almeida. *Dicionário da Língua Inglesa*. 5. ed. São Paulo: Cosmos, 1990. v. 8.

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E EQUIDADE RACIAL NA ATUAÇÃO POLICIAL	
Disciplina	Projeto de Extensão: Combate ao Racismo no Ceará
Carga horária	40 h/a
Nome e titulação do docente	Prof. Dr. Daniel Camurça Correia
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	2024
Lattes	http://lattes.cnpq.br/3293784655958792
EMENTA	
O que é racismo: suas manifestações e tipologias. Racismo no Brasil e no Ceará. Normativos, processos e sentenças: Brasil e Ceará. Projeto de Extensão: combate ao racismo no Ceará – estratégia de planejamento. Visita técnica. Execução do Projeto: aprendizagem por meio de resolução de problemas. Força de segurança antirracista. Apresentação final do Projeto de Extensão	
OBJETIVOS	
GERAL: Elaborar ação afirmativa voltada para o combate ao racismo estrutural no Ceará em suas múltiplas vertentes ESPECÍFICOS: Compreender os diferentes saberes teóricos e conceituais sobre os problemas decorrentes ao racismo; Contextualizar os aprendizados sobre o racismo na conjuntura social, política, econômica e jurídica cearense; Elaborar ação afirmativa de combate ao racismo no intuito de beneficiar a população cearense; Divulgar a produção extensionista da AESP-CE em benefício do combate ao racismo no Ceará.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1 UNIDADE – O que é racismo: suas manifestações e tipologias 1.1 Apresentação do professor, da disciplina, do conteúdo programático, do Projeto de Extensão da AESP-CE, dos critérios de avaliação 1.2 Origens do racismo 1.3 Tipos de racismo 1.4 Autores antirracistas 2 UNIDADE – Racismo no Brasil e no Ceará 2.1 Autores antirracistas brasileiros e cearenses 2.2 O racismo e a escravidão no Brasil 2.3 O racismo hoje no Brasil e no Ceará 2.4 Dados sobre o racismo no Ceará 3 UNIDADE – Normativos, processos e sentenças: Brasil e Ceará 3.1 Normativos 3.2 Regimentos 3.2 Coletivos negros 3.3 Processos noticiados 3.4 Sentenças, decisões e jurisprudências 4 UNIDADE – Projeto de Extensão: combate ao racismo no Ceará – estratégia de planejamento 4.1 Apresentação da estrutura do Projeto: Organização dos grupos e subtemas 4.2 Metas, pesquisa-ação e elaboração das ações 4.3 Intervenção, execução e apresentação 4.4 Reunião com os grupos – orientações 5 UNIDADE – Visita técnica 5.1 Será organizada visita técnica à comunidade (escola, museu, delegacia, universidade, coletivo negro ou outro) 5.2 Apresentação e visitação do espaço 5.3 Realização da atividade: negras memórias em escuta ativa 5.4 Registro de material e informações para o Projeto de Extensão 6 UNIDADE – Execução do Projeto: aprendizagem por meio de resolução de problemas 6.1 Reunião de grupos	

- 6.2 Coleta de dados da visita técnica
6.3 Coleta de conceitos e obras de referência
6.4 Coleta de informações, notícias e estatísticas sobre o Ceará
- 7 UNIDADE – Força de segurança antirracista
7.1 Palestra com tema específico sobre normativos, regimentos, ações, resolução de problemas e aprendizagens a partir do trabalho de profissionais da força de segurança diante do combate ao racismo
7.2 Realização de estudo dirigido sobre a palestra
- 8 UNIDADE – Apresentação final do Projeto de Extensão
8.1 Apresentação dos grupos
8.2 Avaliação do professor
8.3 Encerramento da disciplina

PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS

Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de *slides*, vídeos, *podcasts* e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/*data show*, caixa de som e outras ferramentas digitais;
Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular);
Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.
Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes;
Estudo de casos e resolução de problemas;
Aulas práticas com a participação ativa dos discentes;
Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.

RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco, pincel, lousa digital;
Recursos interativos multimídia (projetor de imagens/*data show*, caixa de som) para a apresentação de *slides*, vídeos, *podcasts*;
Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular);
Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; *softwares* educacionais.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios:
Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00);
Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);
Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);
Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBOSA, Wendell de Freitas. Buscar e evitar a ação policial: os dilemas operacionais dos policiais militares na execução do “serviço de rua” no Ceará. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 178–195, 2021. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/1273>. Acesso em: 26 ago. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.

BRASIL. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor. Brasília, DF: Presidência da República.

CAMPOS ROCHA, Luiza. A Influência Histórica do Racismo na Política de Segurança Pública Brasileira. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 12–37, 2024. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/1846>. Acesso em: 26 ago. 2024.

LOURENÇO, Luiz Claudio; VITENA, Gabrielle Simões Lima; SILVA, Marina de Macedo. Prisão provisória, racismo e seletividade penal: uma discussão a partir dos prontuários de uma unidade prisional. *Revista Brasileira de Segurança*

Pública, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 220–239, 2022. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/1367>. Acesso em: 26 ago. 2024.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. Ensaios, SUR 24, v.13, n.24, 2016, p. 99-104. Disponível em: <<https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/9-sur-24-por-djamila-ribeiro.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2024.

RIBEIRO, Djamila. Pequeno manual antirracista. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O darwinismo social. In: O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DIREITOS HUMANOS E EQUIDADE RACIAL NA ATUAÇÃO POLICIAL	
Disciplina	Direitos Humanos, Questões Raciais e Dinâmicas da Atuação Policial no Interior das Prisões
Carga horária	30 h/a
Nome e titulação do docente	Dr. Francisco Elionardo de Melo Nascimento
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	2024
Lattes	http://lattes.cnpq.br/7400589896303891
EMENTA	
Segurança pública e as instituições policiais. O trabalho das polícias. Relações raciais e sociais na atuação do policial. Direitos Humanos dos policiais. Militarização das forças de segurança e o adoecimento biopsicossocial. Qualidade de vida e saúde mental no trabalho policial.	
OBJETIVOS	
GERAL: - Proporcionar uma reflexão aprofundada sobre a qualidade de vida na atuação policial, destacando as relações institucionais, sociais e raciais implicadas no trabalho da segurança pública.	
ESPECÍFICOS: - Abordar o papel da segurança pública e das instituições policiais; - Caracterizar as implicações do trabalho nas instituições policiais; - Elencar as relações sociais e raciais implicadas na atuação policial; - Pautar a militarização da segurança pública; - Refletir sobre os riscos da atuação policial à saúde biopsicossocial; - Refletir sobre qualidade de vida e saúde mental no trabalho.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
UNIDADE I O papel da segurança pública e das instituições policiais; As implicações do trabalho nas instituições policiais - Indicadores da atuação policial no Brasil e no Ceará.	
UNIDADE II - As relações sociais e raciais implicadas na atuação policial; - Racismo institucional e suas reverberações na vida do trabalhador da segurança pública; - A militarização da segurança pública.	
UNIDADE III Direitos Humanos dos policiais; Atuação policial e os riscos à saúde biopsicossocial; Qualidade de vida e saúde mental no trabalho;	
PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS	
Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de <i>slides</i> , vídeos, <i>podcasts</i> e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/ <i>data show</i> , caixa de som e outras ferramentas digitais; Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular); Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes. Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes; Estudo de casos e resolução de problemas; Aulas práticas com a participação ativa dos discentes; Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.	

RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco, pincel, lousa digital;
Recursos interativos multimídia (projektor de imagens/data show, caixa de som) para a apresentação de *slides*, vídeos, *podcasts*;
Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular);
Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; *softwares* educacionais.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios:
Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00);
Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);
Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);
Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOTEGA, N. J. **Crise suicida: avaliação e manejo**. Porto Alegre-RS: Artmed, 2015.
BOTEGA, N. J. Suicídio: saindo da sombra em direção a um Plano Nacional de Prevenção. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 7-8, 2007.
BOTEGA, N. J. *et al.* Prevenção do comportamento suicida. **Psico**, v. 37, n. 3, p. 213-220, 2006.
FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
MIRANDA, D. (org.). **Por que policiais se matam? Diagnóstico e prevenção do comportamento suicida na polícia militar do estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.
MIRANDA, D.; GUIMARÃES, T. O suicídio policial: O que sabemos? **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social**, v. 9, n. 1, p. 13-34, 2016.
MIRANDA, D.; GUIMARÃES, T. O suicídio policial e as práticas de prevenção no Brasil. Gramado: ABCP, 2012.
MINAYO, C; ADORNO, S. Risco e (in)segurança na missão policial. **Ciência Saúde Coletiva**, v. 18, n. 3, p.585-593, 2013.
World Health Organization. **World Mental Health Report: transforming mental health for all**. Geneva: WHO, 2022.
World Health Organization. **Mental Health Action Plan 2013-2020**. Geneva Switzerland: WHO, 2013.
SOUSA, J. E. P. de. **Tentativas de Suicídio e Suicídios em Profissionais de Segurança Pública do Estado do Ceará: magnitude, perfil e fatores associados, 2000 a 2014**. 2016. 198 p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Saúde Pública) - Universidade Federal do Ceará, [S. I.], 2016.
SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p.11-25.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DURÃO, S; ROBB LARKINS, E. **As vidas negras na segurança**. São Paulo: Blogs Gestão Política & Sociedade (Estadão), 2021.
GEPESP. Notificações de mortes violentas intencionais e tentativas de suicídios entre profissionais de segurança pública no Brasil. **Boletim Gepesp**: Rio de Janeiro, 2019.
KOCH, D. B.; OLIVEIRA, P. R. M. de. As políticas públicas para prevenção de suicídios. **Revista Brasileira de Tecnologias Sociais**. v. 2, p. 161-172, 2015.
Manejo Clínico de Condições Mentais, Neurológicas e por Uso de Substâncias em Emergências Humanitárias. **Guia de Intervenção Humanitária mhGAP (GIH-mhGAP)**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde; 2020.
RICCIARDELLI, Rosemary, PRATT, Keltie & IDZIKOWSKI, Maia. Care, custody, control, and the preservation of life: the complexity of correctional officer work(2021). **Journal of Crime and Justice**. 44:1, 1-15.
SOUSA, Raphaela Campos, BARROSO, Sabrina Martins, RIBEIRO, Ariadne Christie Silva. Aspectos de saúde mental investigados em policiais: uma revisão integrativa. **Saúde Soc**. São Paulo, v.31, n.2, e201008pt, 2022.
SOUZA, E. R.; FRANCO, L. G.; MEIRELES, C. C.; FERREIRA, V. T.; SANTOS, N. C. Sofrimento psíquico entre policiais civis: uma análise sob a ótica de gênero. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, n. 1, p. 105-114, 2007.

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DIREITOS HUMANOS E EQUIDADE RACIAL NA ATUAÇÃO POLICIAL	
Disciplina	Qualidade de Vida, Atividade Policial e Relações Raciais
Carga horária	20 h/a
Nome e titulação do docente	Dr. Francisco Elionardo de Melo Nascimento
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	2024
Lattes	http://lattes.cnpq.br/7400589896303891
EMENTA	
Segurança pública e as instituições policiais. O trabalho das polícias. Relações raciais e sociais na atuação do policial. Direitos Humanos dos policiais. Militarização das forças de segurança e o adoecimento biopsicossocial. Qualidade de vida e saúde mental no trabalho policial.	
OBJETIVOS	
GERAL: - Proporcionar uma reflexão aprofundada sobre a qualidade de vida na atuação policial, destacando as relações institucionais, sociais e raciais implicadas no trabalho da segurança pública.	
ESPECÍFICOS: - Abordar o papel da segurança pública e das instituições policiais; - Caracterizar as implicações do trabalho nas instituições policiais; - Elencar as relações sociais e raciais implicadas na atuação policial; - Pautar a militarização da segurança pública; - Refletir sobre os riscos da atuação policial à saúde biopsicossocial; - Refletir sobre qualidade de vida e saúde mental no trabalho.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
UNIDADE I O papel da segurança pública e das instituições policiais; As implicações do trabalho nas instituições policiais - Indicadores da atuação policial no Brasil e no Ceará.	
UNIDADE II - As relações sociais e raciais implicadas na atuação policial; - Racismo institucional e suas reverberações na vida do trabalhador da segurança pública; - A militarização da segurança pública.	
UNIDADE III Direitos Humanos dos policiais; Atuação policial e os riscos à saúde biopsicossocial; Qualidade de vida e saúde mental no trabalho;	
PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS	
Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de <i>slides</i> , vídeos, <i>podcasts</i> e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/ <i>data show</i> , caixa de som e outras ferramentas digitais; Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular); Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes. Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes; Estudo de casos e resolução de problemas; Aulas práticas com a participação ativa dos discentes; Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.	
RECURSOS DIDÁTICOS	
Quadro branco, pincel, lousa digital; Recursos interativos multimídia (projetor de imagens/ <i>data show</i> , caixa de som) para a apresentação de <i>slides</i> , vídeos, <i>podcasts</i> ; Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular); Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; <i>softwares</i> educacionais.	

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios:

Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00);

Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);

Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);

Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOTEGA, N. J. **Crise suicida: avaliação e manejo**. Porto Alegre-RS: Artmed, 2015.

BOTEGA, N. J. Suicídio: saindo da sombra em direção a um Plano Nacional de Prevenção. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 7-8, 2007.

BOTEGA, N. J. et al. Prevenção do comportamento suicida. **Psico**, v. 37, n. 3, p. 213-220, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

MIRANDA, D. (org.). **Por que policiais se matam? Diagnóstico e prevenção do comportamento suicida na polícia militar do estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.

MIRANDA, D.; GUIMARÃES, T. O suicídio policial: O que sabemos? **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social**, v. 9, n. 1, p. 13-34, 2016.

MIRANDA, D.; GUIMARÃES, T. O suicídio policial e as práticas de prevenção no Brasil. Gramado: ABCP, 2012.

MINAYO, C; ADORNO, S. Risco e (in)segurança na missão policial. **Ciência Saúde Coletiva**, v. 18, n. 3, p.585-593, 2013.

World Health Organization. **World Mental Health Report: transforming mental health for all**. Geneva: WHO, 2022.

World Health Organization. **Mental Health Action Plan 2013-2020**. Genebra Switzerland: WHO, 2013.

SOUSA, J. E. P. de. **Tentativas de Suicídio e Suicídios em Profissionais de Segurança Pública do Estado do Ceará: magnitude, perfil e fatores associados, 2000 a 2014**. 2016. 198 p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Saúde Pública) - Universidade Federal do Ceará, [S. I.], 2016.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p.11-25.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DURÃO, S; ROBB LARKINS, E. **As vidas negras na segurança**. São Paulo: Blogs Gestão Política & Sociedade (Estadão), 2021.

GEPESP. Notificações de mortes violentas intencionais e tentativas de suicídios entre profissionais de segurança pública no Brasil. **Boletim Gepesp**: Rio de Janeiro, 2019.

KOCH, D. B.; OLIVEIRA, P. R. M. de. As políticas públicas para prevenção de suicídios. **Revista Brasileira de Tecnologias Sociais**. v. 2, p. 161-172, 2015.

Manejo Clínico de Condições Mentais, Neurológicas e por Uso de Substâncias em Emergências Humanitárias. **Guia de Intervenção Humanitária mhGAP (GIH-mhGAP)**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde; 2020.

RICCIARDELLI, Rosemary, PRATT, Keltie & IDZIKOWSKI, Maia. Care, custody, control, and the preservation of life: the complexity of correctional officer work(2021). **Journal of Crime and Justice**. 44:1, 1-15.

SOUSA, Raphaela Campos, BARROSO, Sabrina Martins, RIBEIRO, Ariadne Christie Silva. Aspectos de saúde mental investigados em policiais: uma revisão integrativa. **Saúde Soc**. São Paulo, v.31, n.2, e201008pt, 2022.

SOUZA, E. R.; FRANCO, L. G.; MEIRELES, C. C.; FERREIRA, V. T.; SANTOS, N. C. Sofrimento psíquico entre policiais civis: uma análise sob a ótica de gênero. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, n. 1, p. 105-114, 2007.

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DIREITOS HUMANOS E EQUIDADE RACIAL NA ATUAÇÃO POLICIAL	
Disciplina	Investigação Criminal Protetiva com foco na vítima
Carga horária	20 h/a
Nome e titulação do docente	Profª. Dra. Cyntia Cristina de Carvalho e Silva
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	2024
Lattes	http://lattes.cnpq.br/6513342593381137
EMENTA	
Investigação Criminal. Respostas Estatais do Crime. Participação da vítima no Processo Penal. Investigação Criminal Protetiva. Princípios da investigação criminal protetiva. Cabimento da Investigação Criminal Protetiva. Características da investigação criminal protetiva. Técnicas da investigação criminal protetiva. Crimes contra as vítimas em situação de vulnerabilidade. Crimes discriminatórios: Pessoas Idosas, Pessoas Negras, Pessoas LGBTQIA+, Pessoas com deficiência, Diversidade religiosa, Mulheres. Estudo de casos.	
OBJETIVOS	
GERAL: Compreender, reconhecer, sensibilizar e aplicar os princípios, as diretrizes e as dimensões da Investigação Criminal Protetiva com foco na vítima nos Órgãos de Segurança Pública. ESPECÍFICOS: Oferecer aportes teóricos e práticos para profissionais da segurança pública, visando a reflexão, implementação e difusão de letramento, acolhimento e investigação especializada para crimes contra populações em situação de vulnerabilidade. Fornecer subsídios básicos sobre a Investigação criminal protetiva com foco na vítima. Compreender a importância do profissional da segurança pública para a atuação resolutiva dos conflitos para além da incidência do Sistema de Justiça Criminal. Fortalecer e aprimorar o Sistema de Segurança Pública do Estado do Ceará em consonância com os princípios dos direitos humanos, direitos e garantias fundamentais constitucionais e com os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
Investigação: Investigação criminal. Respostas estatais do crime. Participação da vítima no Processo Penal. Investigação criminal protetiva: Investigação criminal protetiva. Princípios da investigação criminal protetiva. Cabimento da investigação criminal protetiva. Características da investigação criminal protetiva. Tipos de crimes: Crimes contra as vítimas em situação de vulnerabilidade. Crimes discriminatórios: Pessoas idosas, pessoas negras, pessoas LGBTQIA+, pessoas com deficiência, diversidade religiosa, mulheres. Práticas de investigação criminal protetiva: Técnicas da investigação criminal protetiva. Estudo de casos.	
PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS	
Aulas expositivas, dialogadas, reflexivas e dinâmicas, buscando sempre integrar teoria e prática, desenvolvidas com o auxílio de <i>slides</i>, vídeos e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/<i>data show</i>, caixa de som e outras ferramentas digitais; Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes. Estudo de casos em investigação criminal protetiva com debates grupais; Aulas práticas com a participação ativa dos discentes; Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.	
RECURSOS DIDÁTICOS	
Recursos interativos multimídia (projetor de imagens/<i>data show</i>, caixa de som) para a apresentação de <i>slides</i>, vídeos; Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular)	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios: Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00);	

Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);
Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);
Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Constituição (1988). Constituição, de 1988. **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>.

_____. Código Penal. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm Acesso em: 02/09/2024.

_____. Código de Processo Penal. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm Acesso em: 02/09/2024.

_____. Lei nº 7.716/1989. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm Acesso em: 02/09/2024.

_____. Lei nº 10.741/2003. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm Acesso em: 02/09/2024.

_____. Lei nº 11.340/2006. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 02/09/2024.

_____. Lei nº 12.845/2013. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12845.htm. Acesso em: 02/09/2024.

_____. Lei nº 13.146/2015. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2015/lei/l13146.htm?msclkid=e03ca915a93011eca55b7de3600188ab Acesso em: 02/09/2024.

_____. Lei nº 13.431/2017. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm. Acesso em: 02/09/2024.

LOPES JÚNIOR, Aury. Direito Processual Penal e sua conformidade constitucional. Volume 1. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

MOREIRA, Adilson. Racismo recreativo. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Pólen, 2019.

ROSENBERG, Marshall B. Comunicação não-violenta. Técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. Tradução Mário vilela. São Paulo: Ágora, 2006.

SILVA, Cyntia Cristina de Carvalho e. Procedimento operacional padrão com o objetivo de estabelecer diretrizes e orientações normativas para a atuação policial nos casos de crimes cometidos contra as pessoas idosas. Brasília: Polícia Civil do Distrito Federal, 2021.

_____. Segurança de Grupos Vulneráveis. Acolhimento à pessoa idosa. Brasília: SEGEN, Ministério da Justiça, 2022.

_____. Procedimento operacional padrão para o acolhimento e tratamento dispensado à população LGBTQIA+ nas delegacias de polícia e demais unidades de atendimento ao público, e parâmetros para a aplicação da decisão do supremo tribunal federal na ação direta de inconstitucionalidade por omissão nº 26/DF, ata de julgamento nº 22, de 16 de junho de 2019. Ed. Atual. Brasília: Polícia Civil do Distrito Federal, 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto. Direitos, insulto e cidadania: existe violência sem agressão moral? Distrito Federal: UnB, Departamento de Antropologia, 2005.

GAULEJAC, Vincent de. História de vida y sociología clínica. In: Propositiones 29, marzo 1999.

GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas, sinais. Tradução: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

LUHMANN, Niklas. Sociologia do Direito I. Tradução de Gustavo Bayer. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1983.